

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAIZA CICERA SOARES LINS

PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PSICÓLOGAS EM CREAS NO ÂMBITO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL

Recife
2021

RAIZA CICERA SOARES LINS

PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PSICÓLOGAS EM CREAS NO ÂMBITO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^a. Dra. Wedna Cristina Marinho Galindo

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L759p

Lins, Raiza Cicera Soares.

Práticas profissionais de psicólogas em CREAS no âmbito do abuso sexual infantil / Raiza Cicera Soares Lins. – 2021.
96 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Wedna Cristina Marinho Galindo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2021.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Psicólogas – Prática profissional. 3. Abuso sexual. 4. Crianças. 5. Assistência social. I. Galindo, Wedna Cristina Marinho (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-074)

RAIZA CICERA SOARES LINS

PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PSICÓLOGAS EM CREAS NO ÂMBITO DO
ABUSO SEXUAL INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: 10/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Wedna Cristina Marinho Galindo
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Severino Ramos Lima de Souza
(Examinador externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha
(Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a tantas pessoas sem cair num tom monótono e robotizado apenas para cumprir o rito de preencher uma folha chamada “Agradecimentos”? A página que é opcional, para mim é mais que importante, pois fala do reconhecimento de uma produção coletiva, tecida pelo afeto e contribuição de tanta gente.

Ao longo desse tempo de formação e pesquisa em psicologia, muitas pessoas tiveram uma presença significativa na minha construção enquanto profissional. Essa jornada tem sido trilhada com trocas que me permitiram vivenciar encontros muito potentes, pessoal e profissionalmente. Guardo esses encontros com muito carinho e agradeço a todas e todos que compartilharam desse caminhar.

Agradeço a Deus e minha família. Em especial a minha mãe, Conceição; irmã, Rianna; tio, Ubirassu; tia, Arlana; e vó, Lindalva. Vivenciar essa trajetória com os cafés, torcida e suporte de vocês fez toda a diferença. Obrigada por tudo.

A meu companheiro, Wellington, por transmitir tanta leveza, apoio e confiança, mesmo nos dias em que os gatos, Baku e Mel, bagunçaram toda a casa.

A minha orientadora, Wedna Galindo, por me ensinar tanto sobre pesquisa, mas, principalmente, sobre meu próprio processo de escrita. Gratidão por toda a disponibilidade em orientar essa caminhada e por possibilitar uma relação de construção conjunta.

A Sidclay Souza por me acolher no Programa de Pós-Graduação, participar e contribuir com a pesquisa.

As participantes da pesquisa, Aline, Dolores, Esmeralda, Maria, Priscila e Sofia, por se mostrarem tão disponíveis em compartilhar suas experiências.

As minhas e meus companheiros de turma do mestrado. Vocês deixaram a escrita menos solitária e proporcionaram um encontro livre de competições, tão comuns a esse espaço.

A minhas amigas e amigos que estiveram presentes, andando lado a lado, durante cada etapa. Andar na companhia de vocês foi essencial. Gratidão.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

A atuação da psicologia no acompanhamento de crianças vítimas de abuso sexual no Creas envolve o trabalho em equipe e assume características específicas, distintas da prática da psicologia em consultório privado, modelo consolidado desde a regulamentação da profissão no país. A clássica resposta da psicologia à questão conta com um profissional autônomo realizando psicoterapia, cuja atenção prioritária volta-se aos aspectos intrapsíquicos das crianças vítimas. Com a criação da política nacional de assistência social, profissionais de psicologia passaram a atuar nos casos de abuso sexual infantil que chegam ao Creas, o que demanda outra prática. A pesquisa teve como objetivo compreender as práticas profissionais realizadas por psicólogas em Creas de dois municípios da Região Metropolitana do Recife diante do abuso sexual infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que contou com a participação de seis psicólogas a partir de entrevista semiestruturada. O Método Fenomenológico de Pesquisa em Psicologia orientou a construção e análise dos dados. A compreensão do *sentido geral* de cada psicóloga sobre sua experiência possibilitou a identificação da *estrutura geral* da experiência, que nomeamos como *prática articulada*. A prática psicológica frente aos casos de abuso sexual infantil no Creas é articulada a diversos atores sociais - família, equipe, rede. Caracteriza-se por intervenções situadas e intersetoriais, que têm contribuído com o suporte socioassistencial da criança e de sua família. As profissionais referem fragilidades na gestão da política que envolve desde aporte de recursos à orientação político-institucional, incluindo-se a precarização das condições de trabalho. Não identificamos movimentos das profissionais na direção de aprofundar entendimento dessa realidade e/ou ações na direção de sua mudança, mesmo diante dos desafios encontrados no serviço.

Palavras-chave: prática psicológica; abuso sexual infantil; serviços de assistência social; proteção social.

ABSTRACT

The role of psychology in monitoring child victims of sexual abuse in Reference Center for Specialized Social Assistance (Creas in Portuguese acronym) involves teamwork and adopts specific characteristics, which differ from the psychology practice in private office setting, a consolidated model since profession regulation in the country. Psychology's classic approach to this subject involves a self-employed psychotherapist, whose primary focus is on the child victims' intrapsychic aspects. With the establishment of the national social welfare policy, psychology professionals began to work on cases of child sexual abuse that were brought to Creas, demanding a different approach. The research aimed to understand the practices carried out by psychologists at Creas in two municipalities in the Metropolitan Region of Recife in regard to child sexual abuse. This qualitative research was carried out by six psychologists using semi-structured interviews. The Phenomenological Method of Research in Psychology has guided the data construction and analysis. The understanding of the *general meaning* of each psychologist about their own experience made it possible to identify the *overall structure* of the experience, which we refer to as *articulated practice*. The psychological practice facing cases of child sexual abuse in Creas is articulated with multiple social actors - family, team, network. It is featured by contextualized and intersectoral interventions, which have been contributing to the social welfare support for both the child and the family. The professionals point out the weaknesses in policy management, which involves everything from resource allocation to political-institutional orientation, including the poor working conditions. We did not identify any moves by the professionals towards a deeper understanding of this reality and/or actions to change it, even when faced with the challenges found in the service.

Keyword: practice psychological; child abuse, sexual; social work; public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrapso	Associação Brasileira de Psicologia Social
ASI	Abuso Sexual Infantil
CadSuas	Sistema de Cadastro do Suas
CadÚnico	Cadastro Único
Caps	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
Crepop	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LA	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/ Suas	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/Suas	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NRF	Novo Regime Fiscal
Paefi	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
Paif	Programa de Atenção Integral à Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	Plano Individual de Atendimento
PLOA	Proposta de Lei Orçamentária Anual
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
RMR	Região Metropolitana do Recife
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO	18
2.1	A Política Nacional de Assistência Social	18
2.2	A PNAS e o novo regime fiscal	21
2.3	A Psicologia na PNAS	23
2.3.1	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas	24
2.3.2	Orientações técnicas: Creas	25
2.4	O Paefi como espaço que atende usuárias em situação de violação de direitos	26
3	A PSICOLOGIA, O ABUSO SEXUAL INFANTIL E O CREAS	28
3.1	A psicologia e o contexto brasileiro	29
3.2	Abuso sexual infantil e as clínicas privadas	30
3.3	A prática da psicologia diante do abuso sexual infantil no Creas	31
3.3.1	O atendimento aos casos de abuso sexual infantil e seus desafios	34
3.3.2	As usuárias da política e a prática frente a desigualdade social	35
3.4	Intervenção psicossocial da psicologia	40
4	CAMINHOS DA PESQUISA	46
4.1	Fundamentos	46
4.2	Procedimentos	49
4.3	Participantes	50
4.4	Análise das práticas profissionais	51
5	EXPERIÊNCIAS DAS PSICÓLOGAS	53
5.1	Creas e Família como parceiras na proteção da criança	53
5.2	Famílias e Rede precisam trabalhar em conjunto diante da violência	55
5.3	Com poucos investimentos o trabalho fica comprometido	57
5.4	A PNAS em seus fundamentos e fragilidades orienta a prática profissional	59
5.5	Vínculo, paciência e interlocução garantem o bom andamento do trabalho	61
5.6	Questões político-institucionais dificultam e limitam a prática profissional	63
6	PRÁTICAS PROFISSIONAIS ARTICULADAS	66
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77

REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	88
APÊNDICE B - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE PESQUISA EM ANDAMENTO	91
APÊNDICE C - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	92
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA	96

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a prática profissional de psicólogas em Creas a partir do interesse da pesquisadora em compreender a experiência das profissionais que estão inseridas na política de assistência social, garantindo direitos e acompanhando usuárias em situação de violência, como o abuso sexual infantil. Esse interesse na temática surge por meio do contato com o tema do abuso sexual infantil na disciplina de psicologia comunitária, ainda na graduação em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Um dos temas abordados nesta disciplina se tratava do acolhimento institucional de crianças em equipamentos de alta complexidade da assistência social, algumas delas acompanhadas devido à situação de abuso sexual vivenciado dentro de suas famílias.

Naquela época, as reflexões suscitadas despertaram o interesse em compreender como a psicologia vem pautando o cuidado de crianças e suas famílias nos diversos espaços em que atua para a prevenção e atendimento dos casos de violência sexual. Reflexões que culminaram na realização de uma pesquisa que teve como objetivo compreender os sentidos construídos sobre a experiência de estagiárias em psicologia que atendiam crianças vítimas de abuso sexual, por meio da psicoterapia, numa instituição do Recife (LINS; LIMA, 2016). Pesquisa que, por coincidência, foi realizada no mesmo período em que ocorreu o estágio da pesquisadora em uma unidade de Cras. A vivência conjunta desses dois processos mobilizou reflexões acerca de como essa temática estava sendo cuidada por psicólogas atuando na política de assistência social, em territórios e espaços atravessados pela questão da vulnerabilidade social. Diante da realidade da população usuária do serviço, pude ter contato com uma psicologia que visava garantir direitos, acesso às políticas de saúde, educação, entre outras, mas também a projetos, como o Cadastro Único (CadÚnico) e o Bolsa Família. Este último, inclusive, se encontra prestes a ser descontinuado por um “novo” programa de governo que vem sendo nomeado como Auxílio Brasil¹.

Esse contexto despertou questionamentos acerca de como a prática psicológica se organiza nos Creas da Região Metropolitana do Recife, frente ao acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil. Principalmente por se tratar de um equipamento que acolhe situações de violação de direitos que se somam à vulnerabilidade social vivida por usuárias e famílias. As psicólogas inseridas nos Creas passam a intervir diante de territórios e demandas tão

¹<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4960124-auxilio-brasil-nao-freara-aumento-da-pobreza.html>

complexas e estruturais, como a desigualdade social, violação de direitos, abuso sexual infantil, entre outras. É nesse cenário que o projeto de pesquisa foi se constituindo, resultando nesta dissertação que está organizada em sete capítulos.

O capítulo de *Introdução* apresenta brevemente uma problematização acerca do nosso objeto de estudo, a prática psicológica, além de situar e inserir as reflexões que atravessam os objetivos desta pesquisa. Os capítulos 2 e 3 fundamentam o objeto de pesquisa na história que temos construído da psicologia no Brasil, inevitavelmente articulada com a trajetória do Brasil na proteção cidadã da população. *A assistência social como direito* é trabalhada no capítulo 2. Aborda-se a construção da política nacional de assistência social e o atual cenário de desinvestimento em que esta se encontra, principalmente após as mudanças que foram estabelecidas nos últimos anos. Explicita-se sobre as referências à psicologia nas normativas da política e do Creas, enquanto um serviço que atende os casos de violência sexual, cujas psicólogas integram a equipe de profissionais da referida unidade.

No capítulo 3, intitulado *A psicologia, o abuso sexual infantil e o Creas*, apresenta-se como a psicologia vem desenvolvendo sua atuação diante dos casos de abuso sexual infantil, considerando a histórica atuação já consolidada dentro da psicologia clínica clássica. Além de refletir acerca da inserção da psicologia na assistência social que tem demandado novas configurações e intervenções que possibilitem o acompanhamento de usuárias e famílias em contextos em que a violação de direitos, o abuso sexual e a vulnerabilidade social se fazem presente.

Os caminhos da pesquisa compõem o capítulo 4. Fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos informam sobre o desenvolvimento da investigação. O capítulo comporta também os objetivos da pesquisa e detalhes dos procedimentos realizados, inclusive aspectos éticos envolvidos. Procedimentos analíticos também são explicitados em seus fundamentos e procedimentos.

As Experiências das psicólogas é o material do capítulo 5. Por ordem alfabética dos nomes fictícios das entrevistadas, cada subitem recebe um título que informa sobre o *sentido geral* da experiência de cada participante. Este capítulo assume *status* de resultados, pois explicita parte do processo de tratamento e análise do material.

A análise final dos dados está no capítulo 6, denominado de *Prática profissional articulada*. Nele constam análises da prática profissional articulada, identificada como *estrutura geral* da experiência das psicólogas participantes do estudo. As análises que compõem o capítulo estão em interlocuções com a literatura científica.

No capítulo 7, *Considerações Finais*, indica-se pontualmente os principais achados da pesquisa, a partir dos quais são tecidas reflexões que evidenciam as potências e possíveis limitações desta investigação, assim como a identificação de aspectos que não foram objeto de nosso aprofundamento e que merecem a atenção de futuras pesquisas que abordem a temática da prática psicológica no Creas.

O capítulo das Referências indica todas as fontes bibliográficas citadas ao longo do texto. É seguido por Apêndices.

Antes de adentrar nos ambulatorios e política de saúde, o atendimento da psicologia era direcionado ao acolhimento dos casos de abuso sexual infantil em consultório privado, acessíveis apenas a uma população privilegiada. Por muito tempo, essa realidade informava sobre práticas tradicionais que intervêm para um modo de subjetivação específico, com valorização de elementos intrapsíquicos e, por conseguinte, a psicologização das questões sociais (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). É uma Psicologia que se desenvolveu no Brasil para atender quem podia pagar a consulta e construiu conhecimentos sobre o modo de subjetivação burguês, situação que tem recebido diversas críticas. Historicamente, essa perspectiva burguesa não tem se mostrado comprometida com uma ideia de sujeito que é subjetivado em meio a questões sociais, econômicas, culturais e históricas que perpassam a população em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Essa psicologia não considera aspectos do contexto sócio-político-econômico-cultural no qual estamos todas imersas e o que se passa com a pessoa que demanda atenção psicológica tende a ser reduzido a aspectos individuais.

Enquanto ciência e profissão, a psicologia brasileira possui uma atuação bem consolidada nos moldes de uma clínica privatista e individualizada. Essa ciência foi utilizada como instrumento e tecnologia para o diagnóstico, regulação e normatização de populações que estavam fora dos valores e padrões sociais (RIBEIRO, 2010; BOCK, 2008). A herança individualizante dessas clínicas tradicionais ainda traz fortes influências para a prática da psicologia na assistência social, por exemplo, espaço em que algumas profissionais tendem a adaptar esse modelo tradicional para os serviços que compõem a política de assistência social (CORDEIRO, 2018). A inserção da psicologia no campo da assistência social ainda é considerada recente (SANTOS; MOTTA, 2015), principalmente quando comparada a práticas

como as realizadas nas clínicas privadas e no Sistema Único de Saúde (SUS) (OLIVEIRA, 2012).

Com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), as psicólogas² que estavam inseridas nas clínicas e ambulatórios de saúde começaram a integrar as equipes socioassistenciais dos serviços que compõem esse sistema. As atividades desenvolvidas no campo da Assistência Social se distanciam de práticas já consolidadas na história da psicologia, como o atendimento psicoterápico e a avaliação psicológica, o que demanda novos modos de intervenção (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012) destaca que, no Suas, alguns aspectos se mostram desafiadores para as profissionais que compõem as equipes, como as especificidades desse sistema, o novo formato de atendimento psicossocial proposto na política e o enfrentamento às situações de violação de direitos. No campo da assistência social, esses casos de violação de direitos são acompanhados pelos Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas). Nesse espaço, a equipe atua junto a populações, comunidades e famílias em contextos periféricos marcados pela vulnerabilidade e violação de direitos (BRASIL, 2004).

Quando pensamos nas usuárias que necessitam do atendimento ofertado pelo Creas sabe-se que estas pessoas se encontram em uma ou até várias situações de violação de direitos, como a violência sexual, que expõem a população atendida a diversos contextos de vulnerabilidade. Esses casos passam a ser acompanhados por meio do atendimento psicossocial, visto que a psicoterapia não é uma atividade prevista neste espaço (BRASIL, 2011; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013), cuja responsabilidade é da política de saúde.

Casos de violação de direitos, como o abuso sexual infantil, vividos pela classe trabalhadora e periférica, que não tinha acesso aos consultórios privados, começam a ser acolhidos e acompanhados por psicólogas em políticas públicas, como a de assistência social. A psicologia que intervia com foco no indivíduo precisou se deslocar para uma nova forma de cuidado, que considera o contexto de vulnerabilidade e desigualdade social dos povos usuários dessas políticas. Portanto, as profissionais de psicologia passaram a intervir diante de uma violência permeada por um sofrimento ético-político e por características da comunidade e território em que se apresenta (SAWAIA, 2009). Mas o necessário *deslocamento* da psicologia

² Neste estudo, optamos por utilizar o gênero feminino para se referir às psicólogas, crianças e demais pessoas presentes em nossa redação. Elas são maioria entre as profissionais da categoria e vítimas de violência. Referências a abusadores aparecem no masculino, pelo mesmo motivo.

praticada nas clínicas tradicionais para a assistência social ainda encontra vários desafios (PEREIRA JUNIOR, 2014), cuja superação entendemos que está em curso.

As usuárias que dão entrada nos serviços de assistência se encontram numa realidade em que a exclusão e a desigualdade social são cotidianas, o que demanda novas intervenções do Estado e dos serviços que compõem esse sistema (OLIVEIRA, 2012). Florentino e Melo (2017) afirmam que o Estado tem cuidado das questões sociais - pobreza, fome, analfabetismo e violência -, como fenômenos particularizados e individualizados, sem considerar o aspecto contextual e macrossociais, como a falta de acesso a direitos e as diversas vulnerabilidades em que boa parte da população está exposta. Yamamoto e Oliveira (2010) reiteram essa afirmação e indicam que os anos de Governo Lula foram de importantes formulações de políticas sociais protetivas da população, mas não de superação das causas que sustentam os quadros de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Diante do público atendido na assistência social, a psicologia necessita acionar novas teorias e práticas que consigam ir além da atuação com a pobreza e vulnerabilidade. As variáveis psicológicas perdem um pouco o foco para se trabalhar com os determinantes psicossociais que envolvem a consideração da pobreza como fenômeno multifacetado, estruturado de forma macro e microsocial, que repercute na vida pessoal e coletiva desses povos (XIMENES et al., 2015).

Essa perspectiva se alinha aos princípios éticos que orientam a prática da psicologia, quando afirmam que a psicóloga deve atuar “analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Como forma de possibilitar a transformação dessa realidade, o trabalho da psicologia na política da assistência social lida com o desafio de promover direitos, como o acesso à renda e proteção social, assim como o rompimento de condições mantenedoras da exclusão social e violação de direitos (DANTAS, 2013). Principalmente por entender que o público usuário da assistência social, em sua maioria, é perpassado por uma série de relações desiguais que trazem marcadores sociais que podem colocar pessoas e famílias em contexto de uma ou mais vulnerabilidades e violações, como o abuso sexual infantil.

A Lei 13.431, de 2017, define o abuso sexual infantil como “toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso”. Pode ser realizado em meio eletrônico ou presencial, com o objetivo de trazer estimulação sexual ao autor da violência ou terceiros (BRASIL, 2017). Já as psicólogas Krindges, Macedo e Habigzang (2016) caracterizam o Abuso Sexual Infantil (ASI) como a utilização da criança

com a finalidade de satisfazer sexualmente um adulto ou adolescente, que se encontra num nível de desenvolvimento psicosssexual mais avançado que a vítima.

Segundo o Ministério da Saúde o ato pode ser realizado por meio de contato físico, quando há a presença de toques, carícias e penetração. Como também sem contato físico, pelo uso de práticas como o voyeurismo, a observação de crianças nuas ou em contextos erotizados, e o exibicionismo, a exposição do corpo ou de atos sexuais pelo abusador (BRASIL, 2002).

O abuso sexual infantil pode ocorrer de duas formas, intra e extrafamiliar. O intrafamiliar ocorre no ambiente doméstico e é perpetrado por parentes, familiares ou responsáveis, com vínculo consanguíneo ou da família extensa (AUGUSTO et al., 2017). Já o abuso extrafamiliar geralmente é realizado por pessoas que convivem com a criança fora do ambiente familiar, em instituições como creches, escolas, entre outras (AUGUSTO et al., 2017). No contexto dessa violência, a criança é colocada como objeto sexual de desejo (SOARES et al., 2016), deixando de ser reconhecida em seu lugar de pessoa e sujeito de direitos.

Pereira et al. (2019) estimam que, no Brasil, a cada hora, sete crianças são vítimas dessa violência, sendo uma média de 165 crianças por dia. Os dados demonstram a elevada frequência dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. Já no município do Recife/PE, de acordo com estudo conduzido por Sena, Silva e Falbo Neto (2018), nos anos de 2012 e 2013, um total de 328 crianças e adolescentes sofreram abuso sexual. Em sua maioria, as vítimas eram do sexo feminino (92,1%), sendo 80,5% das vítimas de cor parda e com idade entre 10 e 14 anos (59,2%). Nesses casos, as crianças estão inseridas numa realidade de negação de acesso a direitos fundamentais, contexto em que a psicologia necessita estar atenta para facilitar uma atuação efetiva diante das circunstâncias de violação de direitos e desigualdade social (XIMENES et al., 2015).

Essa violação vem sendo apontada como um problema de saúde pública que atinge as diversas classes sociais, raças e gêneros, sendo mais preponderante na população negra e no público feminino (BRASIL, 2018). Como questão da vida coletiva, o enfrentamento do abuso sexual infantil demanda uma rede de integração de políticas de várias áreas, como saúde, assistência social, educação, jurídica, entre outras, que possam ofertar atendimento as crianças e suas famílias em situação de violência.

Esses aspectos nos trazem o questionamento de como a prática das psicólogas tem sido realizada no Creas junto às usuárias do Suas. Nesse campo, psicólogas passam a integrar a equipe mínima do serviço, o que demonstra a necessidade de ofertar novos modos de cuidado e intervenções frente aos contextos de vulnerabilidade e violação de direitos que se apresentam. É nesse cenário que nasce esse projeto, que tem como objeto de atenção a prática profissional

de psicólogas nos Creas no acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil. Pois, entendemos que se faz necessário compreender as práticas que têm sido empenhadas nesse espaço e junto a esse público, visando assim construir saberes e práticas que possam contribuir para o atendimento ofertado no Creas junto a esses casos.

Portanto, tem-se como objetivo geral compreender as práticas profissionais realizadas por psicólogas em Creas da Região Metropolitana do Recife (RMR) na abordagem do abuso sexual infantil. Sendo os objetivos específicos: caracterizar o que psicólogas atuando em Creas entendem por abuso sexual infantil e intervenção psicológica nesse campo; caracterizar como psicólogas atuando em Creas referem sua presença no equipamento e na equipe; identificar práticas realizadas por psicólogas atuando em Creas, no que se refere à abordagem do abuso sexual infantil.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO

Neste capítulo apresentamos a assistência social na realidade brasileira que, como direito constitucional, convive com referências assistencialistas. Esse direito tem se mostrado atravessado por aspectos econômicos e políticos que terminam por fragilizar as ações desenvolvidas pelas profissionais, que atuam nos equipamentos da política nacional de assistência social. O objetivo do capítulo é contextualizar a assistência social ofertada no país e explicitar como ela se organiza na atualidade. No último tópico do capítulo tratamos sobre a psicologia no campo da assistência social, sua inserção e normativas existentes para o trabalho frente o abuso sexual infantil nos equipamentos da rede de proteção, como o Creas.

2.1 A Política Nacional de Assistência Social

Antes da existência de uma política de assistência social, as ações de cunho assistencialistas eram empenhadas principalmente por meio da caridade e filantropia, que tinham um cunho paternalistas e eram concebidas como um favor, não existindo uma política de proteção social para a população que necessitava (SILVA et al., 2019). Em meio a esse contexto, foi instituída pelo Decreto-Lei nº 4.830, de 1942, no governo Vargas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) como uma iniciativa que tinha como foco prestar um cuidado assistencialista, se utilizando das ações filantrópicas e beneficentes que já estavam em curso, e que vieram a vigorar até 1995 (OLIVEIRA; ALVES, 2020). Em nossa perspectiva, a LBA favoreceu que a caridade realizada na época fosse entendida como um modelo de assistência a ser seguido em âmbito nacional. Este modelo ainda reverbera nas ações desenvolvidas atualmente e vai de encontro à concepção desta política enquanto direito.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 é estruturado no país o direito à seguridade social, entendido como uma série de ações e políticas que buscam promover a garantia do acesso à saúde, previdência e assistência social (BRASIL, 1988). A assistência social integra a Seguridade Social, e se organiza como uma política pública não contributiva, direito do cidadão e dever do estado, que visa garantir os mínimos sociais e as necessidades básicas, a quem dela necessitar (BRASIL, 1988). As ações que, anteriormente, tinham um cunho de caridade e assistencialismo, passam a ser concebidas como direitos sociais que demandam uma postura ativa do Estado, que se dá a partir das políticas públicas (PEREIRA JUNIOR, 2014).

Mesmo sendo prevista na Constituição Federal de 1988 e formalizada, em 1993, na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), apenas em 2004 veio a ser criada no país a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004). A assistência que antes era exercida com um cunho de benesse e assistencialismo, adquire com esses marcos legais uma nova perspectiva, a do direito social que surge como estratégia do Estado para dar conta das demandas que perpassam as populações historicamente excluídas e seus contextos de desigualdade social.

Com a criação da PNAS, o público a quem se destina essa política conquista um sistema que visa garantir a proteção social, a partir de um reconhecimento do governo federal da época em promover a assistência como um direito, que já era previsto na Constituição e responsabilidade do Estado. Naquele momento, a assistência era gerida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que tinha como um de seus principais objetivos atuar para a diminuição de desigualdade social do país e garantir o direito à proteção socioassistencial (BRASIL, 2004).

Como forma de garantir esse direito e operacionalizar a PNAS cria-se em 2005 o Sistema Único da Assistência Social (Suas) visando torná-lo um instrumento de unificação nacional da assistência social, que gerencia e organiza as ações direcionadas para a promoção desse direito. As ações desenvolvidas neste sistema atuam para a diminuição da desigualdade e exclusão social, tendo o território como base de organização das intervenções. Enquanto política pública, o Suas se propõe a promover o atendimento psicossocial e apoio socioassistencial, realizados por uma equipe interdisciplinar, cujo público alvo são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2004).

As ações desenvolvidas na política de assistência se organizam a partir de três funções, a saber: a proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos das usuárias que necessitam da assistência (BRASIL, 2004). A proteção social se refere a garantia de vida, redução de danos e prevenção de riscos sociais; já a vigilância socioassistencial visa compreender a capacidade protetiva da família, a presença de vulnerabilidades, ameaças e danos nos territórios, por meio do diagnóstico socioterritorial e mapeamento das informações acerca da população e dos serviços ofertados pela rede; por fim, a defesa de direitos se refere a garantia de acesso a esses direitos (BRASIL, 2012).

Na tentativa de regular os serviços ofertados pelo Suas, em 2009, o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) aprova a Resolução nº 109, que tem como objetivo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Essa resolução passa a orientar os programas ofertados nas instituições que integram o Suas, a depender de seus níveis de atenção:

proteção social básica e a especial, de média e alta complexidade (BRASIL, 2004), modelo inspirado no SUS que já tinha sido consolidado no país.

Quanto a esses níveis de atenção, a Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção da vulnerabilidade social, como a pobreza, privação de renda e acesso a serviços e direitos, assim como o fortalecimento de vínculos fragilizados ou rompidos entre famílias e comunidade (BRASIL, 2004). Nesse nível, os serviços e programas são executados pelo Centro de Referência da Assistência Social (Cras). O principal serviço desse espaço é o Programa de Atenção Integral à Família (Paif), que oferta o acompanhamento de usuárias e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Além das atividades do Paif, a equipe também atua com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2009).

Quanto ao atendimento realizado pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade, este ocorre quando há rompimentos de vínculos afetivos. Nesses casos, as usuárias em situação de violação de direitos são retiradas do âmbito familiar e comunitário, passando a ser acompanhadas por uma instituição de acolhimento que integra a rede socioassistencial, como casas-lar, Casas de Passagem, Albergue, entre outras (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem o Creas como seu equipamento de ação. O Creas possui dentre seus objetivos ofertar assistência a usuárias que se encontram em risco social, maus tratos, em cumprimento de medidas socioeducativas, situação de violação de direitos e violência, mas que não possuem vínculos familiares e comunitários rompidos (BRASIL, 2004).

Quando há violação de direitos a equipe multidisciplinar do Creas age como facilitadora na redução dos impactos da violência, da vulnerabilidade social, facilitando ações que potencializem a dignidade humana e o cuidado à família, entendida como um suporte afetivo, biológico e relacional (BRASIL, 2004). Além de atuar na proteção das vítimas, no monitoramento das situações de risco, na quebra do ciclo de violência e violação de direitos. Nesse espaço os principais serviços ofertados são o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) (BRASIL, 2009).

O Creas, enquanto um equipamento da proteção social, oferta um atendimento centralizado na família, que, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/ Suas) (2012), é concebida como núcleo social e afetivo de convivência, acolhida, autonomia e espaço de proteção. O Estado surge com o papel de viabilizar direitos e suporte na promoção do cuidado, proteção e garantia de acesso, visando

fortalecer indivíduos e família, mapeando suas necessidades, assim como as vulnerabilidades do território em que se encontram (BRASIL, 2011).

O território se refere a zona geográfica em que se situa aquela comunidade, assim como as pessoas, vínculos, instituições, redes, espaços em que se dão a vida comunitária (QUEIROZ, 2015). O diagnóstico socioterritorial se mostra como ferramenta de suma importância para uma maior compreensão das demandas que perpassam a população, assim como fragilidades, vulnerabilidades, riscos e potências. O conhecimento desses fatores orienta o trabalho das profissionais, pois favorece uma maior compreensão da questão social e como esta se organiza na realidade brasileira e nas especificidades de cada território, servindo de informação para organizar a política e seus serviços.

A expansão do Suas e da cobertura dos serviços nos diversos municípios do país, se tornou possível devido a um movimento de grande desenvolvimento econômico e social, em que as políticas sociais estavam sendo concebidas como prioritárias. Aspectos que influenciaram a criação da Lei 12.435, em 2011, conhecida como Lei do Suas, esse sistema que antes existia como uma política do governo adquire um caráter de política de Estado, passando a ser continuada e permanente (PAIVA et al., 2016). Atualmente, compreendemos que as políticas sociais têm sofrido desinvestimentos sistemáticos, o que pode vir a comprometer os direitos que vêm sendo conquistados desde a redemocratização do país, contexto que ameaça a política, assim como da proteção social ofertada à população usuária da mesma.

2.2 A PNAS e o novo regime fiscal

Nos últimos anos, o Suas vem sofrendo constantes ataques e desinvestimentos, principalmente a partir do ano de 2016, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16, atual Emenda Constitucional (EC) 55. Essa proposta institui um Novo Regime Fiscal (NRF) que postula que os investimentos anuais não podem ultrapassar o que foi gasto no ano anterior, sendo apenas reajustados pela inflação, o que congela os recursos por um período de 20 anos na área da saúde, educação e programas sociais, como o Suas (PAIVA et al., 2016).

No âmbito da assistência social, a EC 55 ocasiona impactos significativos, pois contribui para as dificuldades em ampliar o número de beneficiárias ou iniciar novas estratégias de proteção social, além das que estão em curso (PAIVA et al., 2016). A Emenda afeta diretamente a população atendida, assim como o combate à desigualdade social e a operacionalização das atribuições dos diversos equipamentos que compõem o Suas. As projeções de Paiva et al. (2016) acerca dos cortes progressivos de recursos para a assistência social, trazidos pela EC 55, sugere

que, em 2036, a assistência social terá uma redução de 54% do seu financiamento. Essa redução influencia diretamente o direito à proteção social e à renda, considerada uma segurança afiançada pelo Suas (BRASIL, 2012).

Percebe-se que os impactos dessa onda neoliberal fragilizam não só os benefícios, mas os serviços, a política e, principalmente, as pessoas que dela necessitam, fragilidades que são evidenciadas a partir da Emenda e das reformas que temos vistos, como a trabalhista e da previdência. Esses aspectos podem favorecer o desmonte do Suas, que passa a não ter recursos para sua execução; ocasionando a diminuição da qualidade e condições de trabalho; assim como a reincidência de situações de miserabilidade, riscos sociais, e violação de direitos dentro das famílias e comunidade, que passam a ser desassistidas (SANTOS, 2020).

O atual contexto brasileiro reflete fatores que estiveram intimamente ligados à construção da assistência social no país, como a exploração da classe trabalhadora e subalterna; as ideias de clientelismo e paternalismo historicamente presentes na assistência, e a estrutura capitalista que organiza as relações desiguais em sociedade (COUTO, 2015). A assistência social tem sido um campo de disputa entre discursos que propiciam a emancipação e protagonismo das usuárias, ao mesmo tempo em que reforçam a ideia de subalternização e políticas conservadoras da desigualdade, mantendo assim as condições que favorecem a perpetuação da exploração, ao invés de propiciar políticas sociais que auxiliem na superação das condições de vulnerabilidade advindas da questão social (COUTO, 2015).

Nesse campo, Silva (2020) aponta que o neoliberalismo, enquanto uma estratégia de perpetuação de relações sociais desiguais, tem influenciado para que a PNAS atue na “gestão da pobreza e apaziguamento das lutas de classes” (SILVA, 2020, p. 61). Segundo Couto (2015), a estrutura neoliberal tem empenhado esforços para o retrocesso de direitos conquistados, rompendo com o desenvolvimento de políticas sociais com características emancipatórias. Diante dessa estrutura, as ações passam a ser realizadas de forma compensatórias, sem compromisso com a população e a transformação de suas realidades, o que reforça concepções em que a política continua a ser concebida como solidariedade, favor e assistencialismo, distante do viés de direito constitucional garantido por meio de uma política pública.

A partir do governo Bolsonaro, eleito como presidente em 2018, há um fortalecimento da lógica neoliberal que fragiliza a política de distribuição de renda e proteção social, reforçando desigualdades (COSTA, 2019, p. 274). Temos assistido a

Reversão de um ciclo de conquistas sociais que teve início com a CF 88 e foi ampliado no período 2003-2014. O governo Bolsonaro tem forte viés liberal e sua proposta de redução dos direitos sociais ataca o

sistema de seguridade social que foi estabelecido na CF 88 (COSTA, 2019, p. 274).

Nesse campo, o governo Bolsonaro mantém a continuidade de um processo em que direitos vão sendo perdidos enquanto se implementam ações e reformas - como a EC 55, as reformas trabalhistas e da previdência - que afetam diretamente a política, serviços e população que necessita de proteção social. Retrocessos que favorecem a desconstitucionalização dos direitos, ações que passam a ser veiculadas a partir de um discurso que justifica o desinvestimento como única estratégia possível para solucionar o desajuste fiscal (COHN, 2020).

Como forma de operacionalizar essas contrarreformas, em 2019, houve um novo arranjo político realizado pelo governo federal, nesse momento, o MDS é extinto e a Secretaria Nacional de Assistência Social passa a integrar o Ministério da Cidadania, junto às pastas de esporte e cultura (COSTA, 2019). Esse arranjo afeta a política de assistência social e os benefícios socioassistenciais garantidos constitucionalmente, que passam a sofrer uma série de cortes, dificuldades de cobertura e novas condicionalidades. Essas ações desprestigiam a conquista de uma política tão recente, como o Suas, que atende à necessidade de uma população em vulnerabilidade social, o que se mostra preocupante e merece acompanhamento.

Compreendemos que esses cortes e retrocessos impactam diretamente as usuárias, a política de assistência social, profissionais que atuam nos serviços e o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, cada vez mais se mostra relevante o estudo de como a atuação vem sendo realizada na PNAS, principalmente diante desse contexto macrossocial e político que atravessa a assistência social, e também a prática realizada pelas diversas categorias profissionais que compõem os serviços, como a psicologia.

2.3 A Psicologia na PNAS

Compreender o papel e atribuições da psicologia na assistência social a partir da lógica da territorialização e do trabalho interdisciplinar com usuárias e família demanda uma nova postura teórica, metodológica e técnica das profissionais que estão trabalhando nesta política. Buscar as orientações e propostas que norteiam essa práxis, são aspectos que se mostram relevantes no processo de apropriação desse campo de trabalho pela ciência psicológica. Assim, será apresentado como a psicologia tem sido abordada nos documentos da política de assistência social, buscando assim tecer considerações acerca de como se tem tratado essa categoria e prática profissional.

A ausência da menção da psicologia no texto da PNAS demonstra o quanto a inserção nessa área foi construída apenas paulatinamente. Percebe-se que a presença dessa profissão só aparece de forma tímida em alguns documentos que surgem após a política, como nos materiais criados pelo MDS e o CNAS, como a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social* (NOB-RH/Suas) (BRASIL, 2006) e o *Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social* (2011), normativas que serão abordadas abaixo.

2.3.1 Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas

A NOB-RH/Suas (BRASIL, 2006) aponta a presença da psicologia no Suas quando estabelece que a equipe de referência do Creas deve ser composta por coordenador, psicólogo, advogado, assistente social, auxiliar administrativo e profissionais (nível superior ou médio) para a abordagem das usuárias. A NOB-RH/Suas (2006) institui alguns princípios éticos que norteiam e orientam a atuação dessas profissionais que compõem a equipe. De modo geral, estes princípios postulam o comprometimento com a garantia dos direitos socioassistenciais, o fortalecimento dos vínculos, a autonomia e emancipação das usuárias. Além da necessidade de se reconhecer o acesso a renda, projetos de inserção profissional e social, e a importância de promover a participação dessas usuárias em espaços de controle social, como movimentos sociais e conselhos de direitos, enquanto atua para a garantia de uma política que não traga discriminações (BRASIL, 2006).

Um desses princípios versa sobre a atenção ao direito de privacidade e sigilo profissional que deve ser respeitado independente do serviço ofertado, inclusive no atendimento psicossocial (BRASIL, 2006). Este princípio não deve ser confundido como indicativo de psicoterapia, pois, neste serviço, a psicologia atua como um viabilizador de direitos comprometido com os princípios éticos de sua categoria e do Suas.

Mesmo com esses princípios éticos da NOB-RH/ Suas (2006), entendemos que a psicologia ainda tem buscado e construído seu espaço de atuação dentro do sistema, principalmente devido às crenças de que seu papel nessa política era a realização de psicoterapia ou que exerceriam as mesmas atividades do assistente social. A partir da NOB-RH/Suas (2006) a psicologia surge como uma área integrante da equipe mínima, aspecto que marca a inserção da psicologia na política.

Após a construção dessa NOB a psicologia passa a ser mencionada nos documentos do Suas, como na resolução que institui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

(2009), publicada em 2009 pelo MDS. Ainda assim, a resolução também não delimita os objetivos e atribuições de cada categoria, o que se assemelha a NOB-RH/Suas, citando a psicologia apenas quando trata da equipe de proteção social especial de alta complexidade, não abordando a presença desses profissionais na descrição dos outros níveis de proteção.

2.3.2 Orientações técnicas: Creas

Em 2011, o MDS apresenta o caderno de “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social” que estabelece o perfil e atribuições, previstos também na NOB-RH, das técnicas de nível superior que compõem a equipe de referência do Creas. Sendo elas: Acolhimento e escuta qualificada; elaboração do plano de acompanhamento individual; acompanhamento especializado familiar, individual e grupal; visitas domiciliares; encaminhamentos à rede socioassistencial; trabalho em equipe interdisciplinar; orientação jurídico-social; alimentação de registro e sistemas de informação; participação de atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho; participação em formação e capacitações continuadas; reuniões de equipe; estudos de casos; reuniões de avaliação dos resultados e planejamento das ações a serem desenvolvidas (BRASIL, 2011).

Percebe-se que não há uma diferenciação entre as atribuições das categorias, sendo colocada as mesmas para todas as técnicas de nível superior, independente da área da formação. Nesse cenário, a psicologia pode realizar as mesmas atividades que as demais profissões, porém continuará sendo orientada por aspectos específicos de sua área de conhecimento, como suas teorias de base, formação e construção histórica enquanto ciência e profissão no país, que perpassam e fundamentam sua prática.

Além das atribuições das profissionais, esse material se posiciona como de suma importância para a “implantação, organização, funcionamento e aprimoramento” do Creas (BRASIL, 2011), que até então não possuía uma normativa voltada exclusivamente para seu equipamento.

Após a elaboração desse documento, o trabalho social da equipe interdisciplinar foi organizado a partir de eixos, sendo eles: “atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede” (BRASIL, 2011). O documento explicita como cada um destes pode orientar intervenções e metodologias do trabalho da equipe, e, conseqüentemente, da prática das psicólogas. O eixo de ‘mobilização social’, por exemplo, prevê a possibilidade de intervenções intersetoriais no território, visando a participação da

sociedade civil na prevenção e enfrentamento de violações de direitos, ações que junto à profissionais, órgãos e serviços se mostram muito potentes para o combate das diversas situações que perpassam a comunidade e seu entorno (BRASIL, 2011).

As atribuições, eixos e pressupostos abordados nesse documento se referem a toda a equipe mínima do Creas, mas cada profissional planeja as ações e intervenções a partir de seu campo de atuação, com um olhar diferenciado e coerente com seus saberes e práticas. Entendemos a relevância desses materiais para o trabalho da psicologia, porém nota-se que este ainda não delimita o papel das psicólogas, nem das outras categorias, o que demanda a construção de novas normativas que possam trazer maiores definições para a prática profissional dentro do Creas.

2.4 O Paefi como espaço que atende usuárias em situação de violação de direitos

Nos Creas, a psicologia passa a atuar com o público vítima de violência dentro do Paefi, que, segundo a Tipificação Nacional da Assistência Social (2009, p. 29), é um “serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos”. O Paefi tem como foco a promoção de direitos, o fortalecimento dos vínculos e a proteção familiar diante das situações de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2009).

O atendimento prestado pela equipe do Paefi se embasa em intervenções que considerem as crenças, valores, potências e fragilidades das famílias. A efetividade desse programa depende de aspectos como a articulação em rede da equipe e serviços socioassistenciais, políticas e órgãos que se direcionam para o atendimento dos casos de violência e de vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Nesse serviço, a atuação da equipe busca a diminuição das situações de violação de direitos; a proteção social e orientação a famílias e usuárias; viabilizar o acesso a órgãos e serviços, a depender das necessidades; identificar as situações de violação de direitos e a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009). Aspectos que auxiliam usuárias e familiares no processo de enfrentamento das variadas formas de violências em que o público do Paefi é submetido, como o abuso sexual infantil.

A resolução da Tipificação (2009) apresenta todas as atividades previstas no trabalho social essencial para o funcionamento do Paefi, uma dessas atividades é o atendimento psicossocial, que é realizado por toda a equipe. Nesse atendimento as profissionais não trabalham isoladamente, pois necessitam articular com outras áreas, instituições e políticas

públicas, além de considerar elementos como a territorialização e a contextualização das vulnerabilidades que atravessam essas crianças em situação de violência.

Nesse cenário, a psicologia é demandada a intervir numa política que atua de forma intersetorializada e territorializada, que se organiza em rede, em que atua com a vítima da violência, mas também com a família e sua comunidade (BRASIL, 2004). Porém, como viabilizar essa nova forma de atuar quando historicamente as demandas relacionadas a violência sexual tem ocupado um outro lugar, como as clínicas privadas e ambulatórios de saúde? Como promover uma atuação e prática profissional que consiga ir além dessa forma já estabelecida para trabalhar com essa demanda do abuso sexual infantil sem retornar a intervenções individualizantes? Nesse sentido, se faz relevante abordar como a psicologia tem atuado e construído sua práxis diante dessas vulnerabilidades e violação de direitos dentro desse serviço, principalmente quando se trata da prática diante dos casos de abuso sexual infantil.

3 A PSICOLOGIA, O ABUSO SEXUAL INFANTIL E O CREAS

Neste capítulo abordaremos duas questões que entendemos precisarem da atenção da psicologia em sua atuação na assistência social: a subjetividade de usuárias e as práticas das psicólogas. O destaque dado à subjetividade das usuárias dessa política, muitas vezes não compreendidas como constituídas num contexto político-histórico-social, termina por psicologizar sujeitos e a questão social, ao reduzir fenômenos e lidar com usuárias por um viés subjetivo e individualizado (COSTA, 2020). Quanto à intervenção realizada, ocorre num espaço que demanda novos deslocamentos da práxis psicológica (PEREIRA JUNIOR, 2014).

Na assistência social, a psicologia passa a se deparar com uma parcela da população historicamente excluída e, junto à equipe, tem a tarefa de intervir de um modo contextualizado diante das necessidades dessa população usuária da assistência social. Um dos grandes desafios é não revitimizar e nem fragilizar as usuárias que chegam ao serviço justamente por situações cujo contexto é de vulnerabilidade e violação de direitos.

Ao abordarmos a tarefa da psicologia no Suas em casos de abuso sexual infantil, é indispensável revisitar a própria história da profissão no Brasil cujos investimentos em seu *saber e fazer* foram dirigidos ao sujeito em sua individualidade e a intervenções igualmente individuais (CORDEIRO, 2018). Quando se fala especificamente sobre a prática no Creas, em 2013, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulga as referências técnicas para a atuação no Creas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Segundo a referência técnica do CFP (2013), ainda há uma grande incidência da psicoterapia dentro dos Creas, mesmo esta não sendo prevista neste serviço. O Conselho aponta que esse dado pode estar relacionado a dois fatores, a crença de que esta é a atribuição das psicólogas, independente do campo que atua, e pela dificuldade em se encontrar vagas nos serviços de saúde, responsável por ofertar psicoterapia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Nesse sentido, neste capítulo temos como foco realizar um breve histórico de como a psicologia foi se desenvolvendo no país, assim como esta categoria tem construído sua prática profissional na assistência social e frente aos casos de violência sexual.

3.1 A psicologia e o contexto brasileiro

Ao longo da sua história enquanto ciência e profissão no país, percebe-se que a psicologia tem sido construída a partir de ciclos históricos muito atrelados à construção do contexto brasileiro. Segundo Boechat (2017) o primeiro ciclo histórico que a psicologia sofre influências estava posto no momento de sua regulamentação, em 1962, o qual o autor nomeou de “Democrático-Nacional”. Esse momento era caracterizado por um movimento de desenvolvimento nacional, em que o capitalismo é colocado como solução diante dos atrasos econômicos, social e políticos da época.

A psicologia neste ciclo era concebida como agente da modernização, do desenvolvimento do país e progresso da nação, a partir da aplicação de técnicas que adaptassem a população às formas de trabalho que surgiram com o crescimento da industrialização (BOECHAT, 2017). As intervenções eram realizadas por profissionais liberais vinculados à classe dominante, que se direcionavam para adequar as trabalhadoras às demandas dos meios de produção, desenvolvendo ações com foco em normalizar e disciplinar pessoas (BOECHAT, 2017).

Nos anos de 1970 surgem novas mudanças sociais, muito influenciadas pelos movimentos sociais e a luta das classes populares. A psicologia entra num momento em que o compromisso ético, político e social começa a entrar no debate da profissão, ciclo em que Boechat (2017) intitula de “Democrático-popular”. Neste ciclo alguns profissionais de psicologia iniciam um rompimento com as ideias e práticas liberais, presentes anteriormente, para se comprometer com a emancipação política e a participação social da população.

Esse contexto favoreceu o surgimento de uma psicologia progressista, que nos anos 80 motivou a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Junto ao processo de redemocratização do país após ditadura, que teve como marco a constituição de 88, foram se intensificando debates que pautavam a defesa de valores como democracia, cidadania, compromisso social, luta de classe, entre outros (BOECHAT, 2017). Percebe-se que as profissionais da Abrapso tiveram um papel de suma importância para a construção de teorias e práticas embasadas no compromisso social com a maioria quantitativa da população, e não mais com uma minoria privilegiada.

A partir desse processo, na década de 90, a psicologia entra num movimento de maior produção sobre a prática com compromisso social, voltada para a emancipação política da população (BOECHAT, 2017). Fatores que somados ao aumento da inserção da psicologia nas

políticas públicas, estimularam maiores reflexões acerca dessa atuação, reflexões que não se esgotam e que têm estado cada vez mais presente nessas políticas atualmente.

As reflexões que surgiram a partir dessa entrada nas políticas públicas demandaram que a psicologia se atentasse para um modo de atuação, que considera elementos como emancipação social das usuárias que chegavam aos serviços. A atuação da psicologia em políticas públicas que pautam essa emancipação social, tem sido atravessada por um jogo de negociações entre discursos e práticas presentes nos ciclos históricos (BOECHAT, 2017) que, por vezes, se mostram conflituosas com os princípios da política da assistência social. Esses aspectos dificultam o que Montañó (2006) chamou de “projeto ético-político profissional”³ que busca o rompimento da lógica liberal e da prática individualizada, passando a pautar práticas com foco nas coletividades. O projeto nos possibilita reflexões para a prática da psicologia no campo da assistência social, além de levantar considerações importantes para pensar o compromisso social da profissão. Nesse campo, o projeto tem como foco uma atuação democrática em que as profissionais possam atuar de forma pluralizada e ancorada em projetos societários voltados para a emancipação dessa população, em que diversos atores sociais estejam envolvidos, não estabelecendo práticas e saberes de forma isolada. Principalmente quando se trata das práticas diante de políticas públicas que atuam com populações excluídas e direitos violados, que demandam das profissionais posturas que assegurem direitos e que estabeleçam ações com foco na realidade política-histórica-social, considerando a vivência da vítima, mas também a comunidade e seu território.

3.2 Abuso sexual infantil e as clínicas privadas

O contexto histórico em que a psicologia foi fundada construiu práticas e saberes que influenciam na atuação diante dos casos de abuso sexual infantil, em que a psicologia brasileira estabelecia uma prática diante do fenômeno, prioritariamente, em consultórios privados. Pelisoli e Dell’Aglío (2015) apontam que quando esses casos de abuso sexual chegavam às clínicas tradicionais algumas psicoterapias eram utilizadas por trazerem grandes contribuições na redução de sintomas ansiosos e depressivos dessas crianças. A busca pela redução de sintomas orientava a atuação desses psicólogos para um cuidado individualizado. Nestas clínicas destaca-se o foco em promover a resiliência, a ressignificação do abuso, visando

³ Ainda que o debate seja no âmbito do serviço social, entendemos que merece ser considerado também para a realidade da psicologia.

facilitar um desenvolvimento emocional saudável, em que a criança consiga lidar com o sofrimento decorrente da situação abusiva (MEDEIROS, 2013).

Segundo Oliveira e Sei (2014) o atendimento psicoterápico oferece um ambiente seguro de acolhimento, empatia e respeito ao processo de desenvolvimento da criança. Elementos que podem vir a minimizar danos e possíveis revitimizações, prevenindo assim consequências e sintomas futuros que possam dificultar o desenvolvimento dessas crianças. O *setting* psicoterapêutico atua como um espaço em que a criança pode expressar suas angústias por meio da linguagem lúdica, oportunizando a elaboração da violência, a fala e a escuta de conteúdos cujo silenciamento é preponderante no ciclo da violência (OLIVEIRA; SARTORI, 2019).

Oliveira e Sartori (2019) apontam que o atendimento individual tem sido muito potente para a elaboração da violência e, principalmente, para a diminuição de uma sintomatologia que pode vir a afetar o desenvolvimento da criança. É importante observar que essa sintomatologia não deve ser concebida como determinante da forma como a criança vai vivenciar a situação abusiva, pois sua singularidade, as condições da violência, o contexto em que está inserida, assim como o suporte familiar e profissional recebido podem auxiliar no momento de lidar com o abuso sexual (SILVA; TEIXEIRA, 2017). Nesse contexto, as intervenções da psicologia têm como foco a promoção de uma melhor qualidade de vida, visando a superação da violência, um bom desenvolvimento, adaptação da criança à realidade em que se encontra e seu cuidado psicoterapêutico (CARMO; SAGAZ, 2017).

3.3 A prática da psicologia diante do abuso sexual infantil no Creas

No que se refere às intervenções psicológicas no Creas, com crianças em situação de violência, há um deslocamento da lógica intrapsíquica da clínica privada, para se lançar no campo das políticas públicas de assistência social. Ainda assim, estudos como os de Yamamoto e Oliveira (2010), apontam que a frequência do atendimento psicoterápico representa mais da metade das atividades realizadas pelas psicólogas com a crianças e adolescentes vítimas de violência nos Creas, mesmo a psicoterapia não sendo prevista (BRASIL, 2011). Segundo Yamamoto e Oliveira (2010) a grande incidência desse tipo de atendimento no Creas ocorre devido ao olhar para esse público em situação de violência sexual, concebidos como potencialmente possuidores de traumas graves. Perspectiva que direciona as intervenções para um cunho intrapsíquico e individualizante, que pode vir a descontextualizar as usuárias de sua realidade social e comunitária.

Os debates de Yamamoto e Oliveira (2010) dialogam com o estudo empenhado por Florentino e Melo (2017) quando afirma que elementos como o pouco acesso ao funcionamento dessa política e a busca pela segurança de um modelo já bem consolidado, o psicoterapêutico da clínica individual, têm atuado como motivadores para o retorno a intervenções tradicionais. Práticas individualizantes são reforçadas devido a crença de que esta é a única prática que distingue psicólogas de assistentes sociais nos Creas (FLORENTINO; MELO, 2017). Além da concepção de que algumas atribuições da equipe são exclusivas das assistentes sociais, tais como a territorialização, articulação entre as instituições, visitas domiciliares, busca ativa, entre outras; não devendo ser realizadas por psicólogas, que permanecem praticando a psicoterapia, aconselhamento, avaliação e acolhimento (FLORENTINO; MELO, 2017), criando assim um conflito de identidade como profissional do Suas (OLIVEIRA, 2012). Compreendemos que a psicologia, nesse contexto, às vezes apresenta um conflito de identidade acerca de seu papel de viabilizador de direitos, ainda em construção, que tem nessa estrutura social mais um desafio a transcender, com vistas a viabilizar um atendimento efetivo junto às usuárias do Creas.

Diante dessas indefinições, Pereira Junior (2014) afirma que a prática da psicologia junto às outras profissões da equipe se dá a partir de duas características, ora por relações de cooperação, ora pela competitividade e tensões, visto que passam a lutar pela demarcação de suas especificidades. Tais profissionais têm acionado posturas que dificultam a atuação junto à realidade das usuárias e a equipe socioassistencial. Entendemos que isso compromete o trabalho suposto, quando se organiza uma equipe para dar conta das tarefas e do acompanhamento das crianças em situação de violência que necessitam do serviço.

O recente estudo de revisão bibliográfica sobre a prática da psicologia na assistência social, empenhado por Cordeiro (2018), identificou que, no período de 2005 a 2015, apenas sete artigos abordavam o papel da psicologia na proteção social especial. A autora aponta que, em sua maioria, os artigos relatam pouca nitidez acerca do papel da psicologia no Creas. Segundo esses dados, o baixo conhecimento desse papel está relacionado ao posicionamento de alguns profissionais, que, por vezes, continuam sendo concebidos como liberais, com atuação limitada a dar diagnósticos e ao acompanhamento psicoterapêutico individual (CORDEIRO, 2018).

Vieira e Meira (2013) apontam que, mesmo com a mudança na estrutura do acompanhamento oferecido no Suas, o objetivo da psicologia em oferecer o acolhimento, escuta, respeito, dignidade e integridade do indivíduo ainda se mantém como uma possibilidade de prática nesse formato de atendimento psicossocial. Visto que, no Suas, tem-se presente intervenções que favoreçam a proteção social, o fortalecimento de vínculos familiares e

comunitários, a garantia de direitos e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade, violência e violação de direitos em que as usuárias se encontram (FARAJ; SIQUEIRA; ARPINI, 2016), como o abuso sexual infantil. A participação da psicologia no trabalho da equipe se direciona para a identificação das potências e fragilidades de usuárias e comunidade, para que possam agir ativamente na sua realidade, além de trabalhar para que estes se reconheçam enquanto sujeito de direitos e protagonistas de seu processo emancipatório (YAMAMOTO, 2007).

Percebe-se que atuar em rede se mostra uma estratégia fundamental para dar conta das necessidades das crianças que chegam ao serviço e para a quebra do ciclo de violência (FARAJ; SIQUEIRA; ARPINI, 2016). Ao mesmo tempo, envolve o reconhecimento de uma prática situada num contexto em que há/ houve uma violência sexual. Quando a rede socioassistencial se encontra fragilizada e desintegrada, a atuação frente a esses casos se mostra desafiadora. A psicologia que antes não atendia a partir dessa realidade, necessita acionar novas práticas e fazeres para ampliar o atendimento a essas famílias. Nesses casos o atendimento interdisciplinar e intersetorial surge como “peça-chave” para a articulação entre os diversos conhecimentos e uma visão mais ampliada acerca da realidade e contexto das usuárias.

Como forma de criar medidas intersetoriais e integradas entre as políticas de assistência que garantissem, de fato, essa proteção a crianças e adolescentes, é criado o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), instituído em 2006, que visava prevenir e coibir a violência a partir da operacionalização dos três eixos do SGD: promoção, defesa de direitos e o controle social (BRASIL, 2018). O Creas enquanto serviço do eixo de promoção se mostra como um espaço de atendimento de suma importância frente esses casos de abuso sexual infantil.

O trabalho interdisciplinar pode ser caracterizado pela integração de ações e estratégias de participação entre os profissionais da equipe do serviço, o que possibilita a contribuição, a troca de experiências e informações que se referem a cada área de atuação, favorecendo assim a tomada de decisão diante da complexidade dos casos que chegam ao Creas (BRASIL, 2011). Entendemos que a prática interdisciplinar se mostra potente para o trabalho no Creas, visto que esta busca transcender os limites de atuação, muitas vezes embasada em ações reducionistas, em que cada profissional trabalha de forma compartimentalizada. Além de pautar a integração e o trabalho conjunto, como forma de trazer novas possibilidades de atuação diante dos aspectos multifacetados da vulnerabilidade social, que ainda se apresentam como uma demanda desafiadora (PEREIRA JUNIOR, 2014).

3.3.1 O atendimento aos casos de abuso sexual infantil e seus desafios

Promover práticas comprometidas socialmente com esses processos e que consigam dar conta dos contextos de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos tem se mostrado um grande desafio por vários profissionais e estudiosos das políticas públicas de assistência social no Brasil (SOLON, 2018; PEREIRA JUNIOR, 2014; RIBEIRO, 2010). Autores como Ribeiro (2010) apontam que uma série de fatores contribuem para os desafios encontrados na assistência social, como a pouca presença desse conteúdo nos cursos de formação, estrutura física que por vezes não favorece o sigilo das usuárias, a carência de materiais que abordem essa temática no campo da psicologia, condições de trabalho, a ausência de recursos materiais, pessoal e físico, entre outros. Nesse campo, do ponto de vista das condições de trabalho de profissionais de psicologia, a atenção merece ser dada à fragilidade de vínculos empregatícios, aos recursos disponíveis (físicos, humanos, materiais) e à necessária atualização profissional.

Fatores que junto a grande rotatividade de profissionais, resultante da fragilidade dos vínculos e formas de contratação que, em sua maioria, se dão por contratos temporários, fazem dessa atuação um desafio para o desenvolvimento e continuidade das ações (CHIMAINSKI et al, 2016). Quando o vínculo de trabalho se dá pela aprovação em concurso público, Chimainski et al., (2016) afirmam que outros atravessamentos perpassam profissionais e os serviços, como a rotatividade da equipe e falta de recursos para exercer as atividades.

Para Montañó (2006), os atravessamentos que perpassam as condições de trabalho estão intimamente relacionados à ideia liberal de mercado, que perpassa a prática das profissionais de psicologia em três aspectos, a saber: a condição de trabalhador, que abarca a precarização e instabilidade dos vínculos empregatícios; a demanda indireta e direta de trabalho, trazendo novas formas em que a questão social se apresenta; e a prática propriamente dita, que retorna a ser concebida como filantrópica, marcada pela “mercantilização dos serviços sociais” e a diminuição de recursos necessários. Esses aspectos podem se mostrar como mais um elemento desafiador para a prática profissional nas políticas sociais (MONTAÑO, 2006).

Em meio a tantos desafios, como forma de contribuir e orientar a prática profissional da psicologia no enfrentamento a essa violência, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) publicou em 2020, uma revisão do documento que abordava o “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo”, produzido em 2009. A nova publicação foi intitulada “Referências técnicas para a atuação de psicólogas (os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual” e aponta que as

profissionais necessitam de tempo e recursos que possam garantir um bom atendimento, além de estruturação dos serviços, capacitação e formação continuada (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020). Movimento que exige capacitação e manejo das profissionais inseridas nas políticas públicas para mobilizar recursos que promovam a articulação intersetorial da rede de proteção, visando assim prevenir e combater o abuso sexual infantil. Inscreve-se nessa agenda de trabalho, inclusive, o trabalho para a garantia de renda e benefícios que possam afastar a criança da situação de violência com a qual convive, além de ações que facilite o acesso da população aos serviços necessários para o enfrentamento das condições de vulnerabilidade que perpassam o contexto da violência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Quando a violência já foi perpetrada, as ações devem ter como foco a promoção de uma convivência familiar e comunitária digna e protegida, para que se avance na direção da superação e reparação da violência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020). Nesse campo, o sigilo profissional precisa ser rompido para garantir uma efetiva proteção e exposição da criança a novas situações de violência, aspecto que dialoga com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando afirma que as profissionais que compõem os serviços de saúde e assistência social, em especial o Creas, têm o dever de denunciar suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Nesses casos além das complexidades que envolvem a violência sexual a psicóloga deve estar atenta a fatores que possam vir a dificultar a denúncia e atendimento, como a interferência de pessoas próximas da criança, assim como situações de risco e vulnerabilidade social a qual a criança se encontra, que pode atuar como aspectos desafiador para a superação da violação.

Estudo empenhado por Dantas (2013) também indica que a inserção da psicologia no campo da assistência social ainda é um desafio devido à forma como profissionais atuam frente à vulnerabilidade social. Segundo a autora, profissionais de psicologia lotados nos Cras, por exemplo, vinculavam a ideia de pobreza com desestruturação familiar. Segundo análises da autora, o modelo tradicional de família burguesa tem sido utilizado por essas profissionais como referência para individualizar a pobreza e culpabilizar as famílias pela situação de vulnerabilidade e violação de direitos. Concordamos com a análise crítica, pois universalizar ideais de ser e estar no mundo não contempla a diversa realidade das usuárias e famílias que se encontram nos territórios brasileiros.

3.3.2 As usuárias da política e a prática frente a desigualdade social

Percebe-se que, a princípio, a psicologia não construiu intervenções com foco na realidade social na qual populações marginalizadas estão inseridas, discussão que tem surgido mais recentemente com a inserção da psicologia nas políticas sociais (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). O reconhecimento dessas questões pode vir a promover uma atuação comprometida socialmente com a realidade dessas usuárias, que se distanciam das queixas trazidas pela elite, mas se aproximam de demandas que chamam a atenção para os processos emancipatórios do público atendido nestas políticas (BOCK, 1999). Essa perspectiva se aproxima das práticas emergentes, que se distanciam das intervenções convencionais, e passam a considerar as demandas das usuárias a partir de uma abordagem despatologizante e plural no enfrentamento às necessidades do público da assistência (PEREIRA JUNIOR, 2014).

No Creas, a prática da psicologia se faz na construção conjunta e na facilitação da garantia de direitos e proteção social, com vistas a auxiliar a não submissão das usuárias subalternos e ações que promovam a dignidade e operacionalização dos projetos pessoais e sociais dessas pessoas (BRASIL, 2012). A prática da psicologia nesse contexto demanda um modo de intervenção comprometida e atenta às vulnerabilidades, violações, processos emancipatórios e a proteção social dessas usuárias e famílias subalternas para as quais se desenvolvem as intervenções da política.

Entendemos, em consonância com o que argumenta Bock (1999), que a psicologia tem sido cada vez mais exigida a exercer uma prática comprometida que não busque uma mera repetição de técnicas nos campos em que atua. Segundo a autora, essa prática se refere à consideração do ser humano e a realidade em que se encontra, sendo organizada por meio de práticas cujos impactos esperados são de

Alterar a realidade social, de denunciar as desigualdades, de contribuir para que se possa cada vez mais compreender a realidade que nos cerca e atuarmos nela para sua transformação no sentido das necessidades da comunidade social (p. 13).

As práticas junto às usuárias do Suas podem ser potentes para o processo de garantia da proteção socioassistencial, mas para que isto seja possível, as profissionais necessitam estabelecer uma relação horizontal com os saberes populares que perpassam a comunidade atendida, atuando assim no fortalecimento, facilitação do protagonismo e cidadania (TAFFARELLO; ANSARA, 2015). Consideramos que o conhecimento dos recursos das usuárias, famílias e o território, se mostram como um grande norte para o mapeamento das necessidades de crianças e suas famílias que se encontram com direitos violados.

Portanto, há uma tentativa de estabelecer uma prática que busca a garantia de direitos, a democratização do acesso a serviços que possam atender as necessidades de uma população

excluída, num contexto de segregação social e fragilização do sistema democrático. Ainda assim, percebe-se que mesmo com a possibilidade de garantir direitos sociais, alguns profissionais têm mantido práticas disciplinadoras e verticalizadas, pautada apenas pelo encaminhamento e saberes compartimentalizados, com pouca comunicação entre equipes e usuárias (TAFFARELLO; ANSARA, 2015). Entendemos que essas intervenções não favorecem o acompanhamento ofertado e desconsideram a teia de interrelações que perpassam sujeito-família-comunidade-equipe, fragilizando a compreensão do contexto dado e as intervenções que serão tomadas pelas psicólogas que atuam no Creas.

Autores como Miron e Guareshi (2017) provocam o questionamento de até que ponto a psicologia tem se comprometido com esses contextos de vulnerabilidades ou continua a atuar com tecnologias de controle? Considerando que, historicamente, essas usuárias foram colocadas no âmbito do ajustamento e normatização surgem perguntas acerca de quais garantias, defesas e promoção de direitos realmente têm sido afiançados na prática das profissionais de psicologia no Suas.

Pereira Junior (2014), afirma que, por vezes, a atuação nesse campo se dava pela influência da lógica individualizante e hierárquica no momento de se relacionar com as usuárias cujas famílias eram concebidas como “desestruturadas”, devendo estas serem vigiadas pela equipe socioassistencial.

A intervenção profissional, nessa perspectiva, não será efetiva em realizar a proteção social ou modificar relações geradoras de violações de direito. Porém, permitirá, além do controle e culpabilização dos atendidos, a culpabilização dos profissionais como agentes incompetentes de uma política ineficiente (PEREIRA JUNIOR, 2014, p. 79).

A lógica individualizante direcionada às usuárias do Suas tem relação com o modo como a assistência social se organizava no país e com a lógica neoliberal que particulariza a questão social e não considera a realidade dessas pessoas. Esses aspectos dialogam com o que temos visto no campo da psicologia, com a particularização e psicologização da questão social e a presença do sofrimento ético-político de populações historicamente excluídas (SAWAIA, 2009).

A influência de perspectivas psicologizantes de atuação traz discursos em que os problemas sociais são compreendidos de forma a-histórica e posicionados como problemas vinculados ao aparelho psíquico (COSTA, 2020). Entendemos que intervir diante das famílias e usuárias do Creas envolve considerar os modos de subjetivação vivenciados pelas classes populares, que adentram esse serviço e que estão inseridas num contexto em que aspectos como

a questão social, o sofrimento ético-político, a desigualdade, a exclusão, falta de acesso a direitos, silenciamento das violências sofridas e vínculos fragilizados, por vezes, até rompidos estão presentes.

Para Brambilla et al., (2021) a questão social no país é produzida a partir da relação de poder entre o capitalismo, racismo e o patriarcado, que é atravessada pela “dominação-exploração-opressão” que marca a realidade das famílias atendidas. Quando se fala da prática na assistência social esses aspectos se apresentam explicitamente na realidade e corpo das usuárias e famílias que utilizam a política que, em sua maioria, são chefiadas por mulheres pobres, negras e em situação de risco social (LOLATTO, 2019). Nesse campo, ocorre o que Brambilla et al. (2021) chamou de *familismo* que é a responsabilização das famílias para que estas garantam sua própria sobrevivência. Essa concepção traz em si uma contradição, visto que ao mesmo tempo que o eixo central da política de assistência social é a família, esta mesma política é perpassada por preconceitos e valores da lógica liberal que diminui a presença do Estado nesses cuidados e responsabiliza essas mesmas famílias pela realidade em que se encontram.

A visão assistencialista apresentava a questão social como fruto das “más qualidades” dos pobres e excluídos, que eram apontados como culpados por sua miséria. Nessa visão, os pobres são pobres porque não se esforçam para sair do círculo vicioso da pobreza, as mulheres são agredidas porque provocam os seus agressores e assim por diante. A ideologia de culpabilização da vítima anda de mãos dadas com a visão individualista e moralizante da sociedade (AFONSO et al, 2012, p. 191).

As condições de pobreza e vulnerabilidade são concebidas como fenômenos individuais, sinônimo de preguiça e falta de esforço, o que favorece a criação de estigmas e preconceitos acerca das usuárias (TAFFARELLO; ANSARA, 2015). Esse preconceito tem sido tão evidente nos últimos anos que, em 2017, o Conselho Federal de Psicologia lançou a “Campanha de Combate ao Preconceito contra Usuárias e Usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas)” durante a realização da XI Conferência Nacional da Assistência Social. A Campanha teve como mote o lema “O Suas é meu, o Suas é seu, o Suas é de quem tem direito”, o que possibilitou debates sobre os diversos preconceitos, estigmas e garantia de direitos no âmbito da assistência⁴. Em nossa perspectiva, combater o preconceito se mostra uma estratégia necessária para o incentivo de um maior protagonismo das usuárias e promoção de seus processos emancipatórios. Nesse contexto, o foco de trabalho se dá em possibilitar o fortalecimento das populações excluídas e discriminadas, assim como promover a cidadania e fortalecer discursos que socialmente são excluídos e discriminados (PEREIRA JUNIOR, 2014).

⁴ <https://site.cfp.org.br/psicologia-participa-da-xi-conferencia-nacional-de-assistencia-social/>

Inspiradas em Bock (1999), entendemos que a prática nesse campo demanda desnaturalizar a desigualdade social, inquietar-se com ela e buscar saídas possíveis que favoreçam a transformação desses contextos de vulnerabilidade de violação de direitos.

Gonçalves (2015) traz duas perspectivas que orientam a intervenção da psicologia frente a desigualdade social. A primeira perspectiva está ligada a desnaturalização da desigualdade, já a segunda toma a desigualdade social como objeto de análise. Nesse campo não se estabelece uma linha causal e explicativa entre a desigualdade e os fenômenos psicológicos, mas toma um lugar central de análise como um fenômeno que em si carrega uma dimensão subjetiva.

Segundo Gonçalves (2015), para que seja possível se aproximar da dimensão subjetiva da desigualdade social seria necessário compreender a relação dialética entre ambos os atores, indivíduo e sociedade, que trazem aspectos individuais e históricos, e que juntos constroem a realidade. Considerar esses aspectos para o entendimento da desigualdade se mostra de suma importância para o trabalho com as classes populares que utilizam os serviços da assistência social, principalmente num país com territórios tão diversos (GONÇALVES, 2015). Nesse espaço de atuação, debates polarizados entre ideais de indivíduo ou sociedade podem promover práticas embasadas em contextos tradicionalmente construídos, que naturaliza a desigualdade e não refletem a realidade das usuárias que ocupam territórios vulneráveis e marginalizados (GONÇALVES, 2015).

Sawaia (2009) caracteriza a desigualdade social como uma ameaça à existência, um aspecto limitante da experiência e condição que impõe diferentes contextos de humilhação. A desigualdade social e os afetos que a envolvem são assim entendidos como fatores que alimentam o que ela chamou de *sofrimento ético-político*. É este sofrimento que a psicologia parece ter negligenciado ao longo de sua história, cuja práxis informa de uma atenção ao sofrimento psíquico individualizado e circunscrito à experiência subjetiva da pessoa.

Essa forma de sofrimento perpassa o cotidiano dessas usuárias, que são subjetivadas em meio a questões sociais-políticas-econômicas-culturais, que podem promover *sofrimento social* (CARRETEIRO, 2003). O sofrimento social, assim como o ético-político, está relacionado a contextos de exclusão e marginalização, como falta de reconhecimento, vergonha e humilhação. Caracteriza-se pela desvalorização das vivências de pessoas socialmente marginalizadas, realidade que merece ser entendida como de uma violência real e simbólica. No contexto sociocultural em que vivemos, tais experiências tendem a ser *silenciadas* numa lógica de invisibilização do sofrimento que as pessoas experimentam e, por conseguinte, de confirmação de seu *status* de inadequadas, inúteis e segregadas socialmente (CARRETEIRO, 2003).

Em nossa perspectiva, o silenciamento do sofrimento social vivenciado por populações subalternas trazida por Carreteiro (2003), dialoga com a ideia de desnaturalizar a desigualdade social, proposta por Gonçalves (2015). Ambos os autores apontam a necessidade de desnaturalizar a desigualdade e o sofrimento social, para que se possa problematizar o estabelecimento de práticas descontextualizadas que venham a ser individualizantes e culpabilizadoras de realidades.

Para Gonçalves (2015) a desnaturalização ocorre quando se reconhece as questões históricas e sociais que constituem sujeito e realidades desiguais. Quando se naturaliza a desigualdade social se criam perspectivas que desconsideram o aspecto histórico, o que favorece o processo de universalização de sujeitos. Os fenômenos como a questão social são concebidos como resultantes apenas do esforço pessoal, como se não fossem construídos dialeticamente entre indivíduo e sociedade (GONÇALVES, 2015). Cada vez mais se faz necessário “descortinar” elementos que negam aspectos ideológicos, construções sociais e simbólicas que atravessam fenômenos como a pobreza (XIMENES et al., 2015).

Nesse campo, se faz necessário buscar perspectivas, como a de Ximenes et al. (2015), que possam nos auxiliar a estabelecer novas perspectivas acerca dessas usuárias da assistência. A autora contribui com ideias de sujeito construído interpsicologicamente pelas relações sociais e de poder que se dão na sociedade brasileira, que por vezes mantém estruturas desiguais que favorecem a submissão e subalternização (XIMENES et al., 2015).

Portanto, a psicologia necessita estabelecer ações que possam vir a favorecer os processos emancipatórios da população subalternas perpassadas por realidades que propiciam contextos de desigualdade social e violação de direitos. No Suas, entendemos que práticas que rompam com viés intrapsíquico e pautem uma ideia de sujeito interpsicológico podem trazer novas contribuições para a psicologia, visto que esta perspectiva integra elementos individuais, coletivos, relações de poder e fatores sociais. Nesse sentido, compreendemos que práticas que consideram as usuárias como sujeito ativo e protagonista em seu processo de emancipação, e que vão além de um viés psicologizante, podem vir a ser potentes para orientar as intervenções realizadas no Creas junto a famílias e usuárias vítima de abuso sexual infantil.

3.4 Intervenção psicossocial da psicologia

A atuação da psicologia no Suas, tem demandado das profissionais a busca por práticas e intervenções que possam trazer fundamentos para o manejo das queixas que chegam a essa política de assistência social. A prática psicossocial da psicologia na PNAS tem nos despertado

o questionamento de como tem sido atuar frente a lógica neoliberal e individualizante, quando esta estrutura se mostra tão fortemente arraigada no olhar para a questão social e história da psicologia? Principalmente quando se observa os valores que podem estar sendo mote para reforçar a naturalização da questão social, a desigualdade, os discursos que a perpassam e a culpabilização de pessoas.

Esse contexto nos faz refletir sobre o papel da psicologia em tecer novas intervenções e práticas no Suas, diante das demandas das usuárias que chegam ao serviço. Principalmente num país continental, como o Brasil, que carrega em sua grande extensão territorial diversas especificidades e realidades sociais. O território, enquanto uma ferramenta de análise para adequar as ações desenvolvidas, nos auxilia na identificação de riscos e vulnerabilidades sociais presentes, que podem vir a orientar a intervenção da equipe frente às necessidades da população que busca a assistência social (BRASIL, 2012).

A intervenção psicossocial realizada na prática da psicologia social, proposta por Afonso (2011), contribui para pensar a intervenção da psicologia no Suas. Segundo a autora, essa intervenção foca nas possibilidades de mudança e transformação dos diversos contextos de violação de direitos, atuação que escuta as necessidades da população e considera as demandas das pessoas, assim como a análise crítica das profissões envolvidas e as características da comunidade (AFONSO, 2011).

A psicologia necessita estar cada vez mais atenta para uma atuação comprometida com essas usuárias e sua realidade social, pois entendemos que estes contextos macrossociais, a retirada de direitos e da proteção social podem vir a fragilizar a política, suas usuárias e a prática das profissões. Segundo Yamamoto (2007), atuar com compromisso social é não só buscar uma superação da perspectiva elitista em que a psicologia foi fundada, mas sim buscar uma transformação social. Nesta perspectiva de atuação, visa-se a transformação dos contextos de exclusão, desigualdade, violação de direitos e vulnerabilidade social em que algumas populações estão inseridas, aspectos que podem se mostrar desafiadores para as profissões que atuam nas políticas sociais.

Diante desse campo, faz-se relevante refletir como a psicologia pode promover uma prática profissional que propicie a mudança dessas desigualdades e a transformação da realidade social em que as usuárias da assistência estão inseridas. Entendemos que continuar a intervir apenas nos moldes do *setting* psicoterapêutico seria atuar de forma simplista e reduzida (SILVA; CARVALHAES, 2016). Perspectiva que se distancia da prática comprometida defendida por Yamamoto (2007), Martin-Baró (1996) e Bock (1999).

Tal tarefa, quando anunciada por Martin-Baró (1996) ainda na década de 1980, ao discutir sobre a situação de países da América Central naqueles anos, demanda da profissional de psicologia a análise da realidade da população para quem seu trabalho será direcionado. Só a partir da análise crítica da realidade, a psicóloga poderá construir estratégia interventiva em defesa da superação de cenários de opressão nos quais estão inseridos a maior parte da população do continente americano (MARTIN-BARÓ, 1996).

Em nossa perspectiva, Baró (1996) dialoga com as intervenções trazidas por Afonso (2011), ao expor o trabalho de Jean Maisonneuve, de 1977, que aponta para três classificações da intervenção psicossocial, tais como: *autoritária* ou *tecnocrática*, em que as profissionais julgam saber o melhor para promover a mudança social, não dando abertura para que as usuárias contribuam com sua perspectiva; a segunda classificação da autora é denominada de *demiúrgica* em que as profissionais intervêm limitando-se ao que se mostra mais latente, sem buscar maiores aprofundamentos; e, por fim, a intervenção de caráter *democrático* em que se estabelece uma relação horizontal, buscando uma colaboração entre as pessoas e as profissionais no processo de criação das ações que visam trazer mudanças da realidade social.

Percebe-se que a intervenção psicossocial democrática se alinha às ideias propostas por Martin-Baró (1996), pois este modo de intervenção busca uma construção coletiva em que a população participa ativamente de seu processo de mudança, o que favorece a autonomia e fortalecimentos das pessoas envolvidas. No Suas, a prática da psicologia dialoga com o que Martin-Baró (1985) nomeou de realismo crítico, processo que empenha uma postura metodológica, epistemológica e política, que critica a neutralidade científica, a redução dos problemas sociais e a sobreposição do saber teórico, se organizando a-historicamente e psicologizando as questões sociais. Entendemos que a lição deixada por Martin-Baró é inspiradora para pensarmos o trabalho no Suas, no Brasil.

Com vistas a embasar nosso entendimento acerca da prática da psicologia na assistência social, tomamos a compreensão que se assemelha à perspectiva presente nos estudos de Martin-Baró (1985; 1996; 2006; 2015) que compreende a prática psicológica como um processo que favorece a libertação, a conscientização e o fortalecimento da população (MARTIN-BARÓ, 1996). Uma prática que contribua para a construção de sujeitos críticos e que busca a transformação dos contextos de miserabilidade, opressão e violência, que se dão de forma macrosocial, assim como de forma microsocial, na vivência cotidiana das pessoas (NEPOMUCENO et al., 2008).

Segundo Martin-Baró (2015) a atuação da psicologia está intimamente ligada à ideia de ética, que pode ser entendida como uma práxis que não se limita a busca pela transformação

das pessoas, mas também da sociedade e contexto histórico em que estas se encontram. Essa transformação se dá, indica o autor, a partir de um *quefazer* que consiga integrar aspectos referentes à ciência da psicologia e o trabalho da profissional, ambos comprometidos com as populações. O não reconhecimento do contexto histórico-político pode implicar na subordinação da psicologia, e consequentemente das profissionais, que passa a ser usada segundo interesses que não estão explícitos *a priori*, alerta o psicólogo, mas que são relevantes para pensar o trabalho diante das relações desiguais entre populações historicamente subalternas e a classe dominante.

A partir da crise e questionamentos que surgiram no campo da psicologia social na década de 70 no país, principalmente por meio da psicologia social crítica de Silvia Lane, são trazidos à tona as problemáticas que antes fundamentavam a práxis científica que, até aquele momento, pouco se comprometiam com os processos de libertação (LANE, 1989). Esses questionamentos fomentam a importância de se perceber o caráter histórico e contextualizado em que a psicologia se funda nos países, assim como o protagonismo da população no processo de construção social, aspectos que auxiliam o trabalho de profissionais na conscientização e na busca por favorecer a emancipação social e autonomia desses seres (NEPOMUCENO et al, 2008).

Nesta época, Martin-Baró e Silvia Lane já buscavam espaços para a discussão dos paradigmas que fundamentam a prática da psicologia, o primeiro em El Salvador, e ela no Brasil. Ambos os autores nos auxiliam a pensar a prática psicológica no Brasil e os novos desafios que se apresentam para a psicologia no trabalho com os atores sociais que compõem esse sistema, como a comunidade, usuárias, equipe interdisciplinar e a rede socioassistencial. Essa prática se constrói a partir do contexto sócio-histórico, na constante relação dialética entre sujeitos e os aspectos psicossociais que perpassam seu território e comunidade (QUINTAL, 2016).

Silvia Lane (1989) provoca reflexões acerca desse fazer psicossocial implicado com populações excluídas e oprimidas. Principalmente quando promove reflexões sobre o compromisso social que embasa a prática dessa categoria. A atuação a partir desse compromisso e fazer da psicologia, envolve a consideração de uma nova concepção das usuárias atendidas, que a partir da ideia de sujeito subjetivado em meio aos diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, passam a ser compreendidos como produtos e produtores de si e do contexto histórico-cultural (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Entendemos que esse sujeito, assim como as profissionais de psicologia se constroem de forma dialética, a partir da relação entre vivência pessoal e social, e de um fazer localizado

num campo social, cultural e histórico. Essa perspectiva fomenta questionamentos acerca dos modos em que as intervenções são realizadas nesse campo, visto que estas também se mostram embasadas nessa relação entre a profissional e os discursos sociais que perpassam a assistência social e as usuárias atendidas (PEREIRA JUNIOR, 2014). Essa visão demanda práticas interdisciplinares, em que os diversos campos de saberes possam contribuir para o melhor entendimento dessa pessoa e da realidade em que está inserida (LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009).

Além desses autores, Martin-Baró (1996) também nos auxilia com o questionamento de quais possibilidades a psicologia poderia ofertar para as pessoas, sociedade e comunidade em que atua, por além de intervenções localizadas, quais ações podem vir a atuar em benefício da população subalterna. Refletir sobre a prática da psicologia nesse cenário, nos permite pensar qual a contribuição dessa ciência para a compreensão e intervenção de realidades excludentes e desiguais em que as usuárias da assistência social se encontram.

Martin-Baró (2006) postulava que a psicologia latino-americana ainda carece de uma epistemologia adequada para nosso continente, visto que apresenta muitas teorias e valores atravessados pelo colonialismo de uma psicologia importada de outros países, que não respondem às necessidades de nosso contexto sócio-cultural. O modelo dominante de psicologia cria alguns pressupostos que influenciam a forma como essa prática tem sido exercida no continente, sendo eles: o positivismo, individualismo, hedonismo, a visão homeostática e o ahistoricismo (MARTIN-BARÓ, 2006).

Segundo Martin-Baró (2006) o *positivismo* tende a considerar importante apenas os dados que podem ser verificados, realizando pesquisas com variáveis controladas que não dizem respeito a algumas realidades, chegando até a reduzi-las. O positivismo possibilitou a construção de muitas teorias, mas que, para Baró (2006), ainda não abarcam a compreensão das condições vividas na América Latina; já o *individualismo* reduz os problemas sociais e estruturais a problemas particularizados, deixando de considerar a dialética entre sujeito e coletividade; o *hedonismo* se dá por meio de comportamentos que buscam o prazer e a satisfação, ao que o autor questiona até que ponto esse olhar para o indivíduo que busca satisfação, seria deixar de reconhecer as influências de um sistema socioeconômico capitalista, que visa o lucro, em suas diversas formas de expressão, para responsabilizar e até criar uma ideia de natureza ou essência humana hedonista; a *visão homeostática* valoriza o equilíbrio e, por vezes, suspeita de momentos de conflitos, crises e mudanças. Aspecto em que o autor reflete qual o olhar que essa visão tem para com as lutas sociais e movimentos de mudança do ordenamento social, que podem vir a ser concebidos como negativo, ao invés de observar a potência dessas situações de

crise e transformações; por fim, o *ahistoricismo* traz uma ideia de ser humano universal, sem considerar os diversos aspectos históricos, circunstâncias e realidades em que estão inseridos.

As reflexões propostas por Martin-Baró (2006) nos auxiliam a questionar em quais pressupostos a ciência psicológica tem se embasado para construir as teorias e práticas na América Latina, e mais especificamente no Brasil. Além de suscitar a avaliação de quais dessas práticas precisam ser rompidas no atendimento ao público da assistência social, que se encontra inserido em contextos de vulnerabilidade, violação de direitos e risco social.

Aspectos que se alinham aos questionamentos de Silvia Lane (1989) sobre quais compromissos e paradigmas a prática psicológica se utiliza para intervir junto a esses povos. O compromisso nesse caso envolve a consideração dos diversos aspectos da realidade dessas pessoas e a facilitação dos processos de conscientização dos direitos, sendo este um dos elementos que compõem o projeto político do trabalho da psicóloga na comunidade (LANE, 1989).

A conscientização se desloca de uma intervenção individualizante para um trabalho com a comunidade e o território, a partir da busca pela transformação de discursos que alimentam a alienação social, que naturalizam violências, vulnerabilidades e riscos, aumentando desigualdades. Pressupostos que reforçam relações de poder em que uns são concebidos como superiores e outros como inferiores e invisíveis (LANE, 1989).

Lane (1989) nos auxilia a pensar como as pessoas que compõem a sociedade se mostram como agentes participativos no processo de construir e criar realidades, ao passo que também vão sendo historicamente construídas. Essa forma dialógica de co-construção de realidades nos permite refletir como a atuação da psicologia tem se debruçado para cuidar do outro diante de uma nova lógica de acompanhamento, o psicossocial. Aspectos que nos fazem questionar a forma como essa prática tem sido realizada na assistência social, concebida como espaço de muita potência, porém de muitos desafios para as profissionais que se direcionam para a prática dentro desse campo.

4 CAMINHOS DA PESQUISA

4.1 Fundamentos

A pesquisa teve como *objetivo* geral compreender as práticas profissionais realizadas por psicólogas em Creas da Região Metropolitana de Recife diante do abuso sexual infantil. Para tanto, trabalhamos com os seguintes objetivos específicos: i) Caracterizar o que psicólogas atuando em Creas entendem por abuso sexual infantil e intervenção psicológica nesse campo; ii) Caracterizar a experiência de psicólogas que atuam no Creas diante dos casos de abuso sexual infantil; iii) Identificar as práticas realizadas por psicólogas atuando em Creas, no que se refere à abordagem do abuso sexual infantil.

Em sua *dimensão epistemológica* a pesquisa fundamenta-se no que Figueiredo (1991) nomeia como Matriz Compreensiva, no diverso campo da psicologia. Tal Matriz se consolida na história do pensamento psicológico como oposição ao *objetivismo cientificista*, cuja separação entre sujeito e objeto é condição para se conhecer o último. Associadas ao grande campo das Matrizes Compreensivas, o autor indica a presença das fenomenológicas e existencialistas. Em comum tais perspectivas entendem os fenômenos psicológicos como marcados por valores e significados cultural e historicamente construídos.

A presente pesquisa filia-se à *Matriz Fenomenológica* cuja tarefa em pesquisa envolve compreender o significado da vivência particular das participantes do estudo em questão. Estas são consideradas como construtoras do conhecimento sobre si, suas práticas, sua realidade, cuja fonte primordial para tanto são suas experiências (FIGUEIREDO, 1991).

Não pretendemos, portanto, encontrar uma *verdade universal* acerca das práticas profissionais das psicólogas de Creas sobre o abuso sexual infantil. Coerente com a matriz fenomenológica, conforme nos indicam Andrade e Holanda (2019), pessoas e fenômenos em investigação não são concebidos como neutros, diante dos quais a pesquisadora vai decifrar verdades. Nessa vertente, não se busca uma verdade última, mas sim a *compreensão* do objeto de pesquisa, pois o fenômeno investigado merece ser entendido como em construção, no qual pessoas, objetos, relações, processos estão em curso e, inclusive, atravessados por aspectos sociais, históricos e políticos. Fenômenos estes que se apresentam a partir da relação entre a pessoa e seu “*mundo vivido*”.

A fenomenologia de Husserl orienta nosso *fazer pesquisa* nessa perspectiva. Entendemos que o método de base filosófica possibilita investigar os significados das

experiências vividas que o autor conceituou de “*mundo da vida*”. O “*mundo da vida*” pode ser entendido como as experiências percebidas e o conjunto de vivências que já existem de modo intuído e pré-dado, antes da existência de conceitos e de uma construção teórico-científica (MISSAGGIA, 2018). Nesse campo, o “*mundo da vida*” se refere às experiências que constituem o mundo pessoal, que se constrói de forma intersubjetiva, histórica e na co-presença de outros *mundos* (ANDRADE; HOLANDA, 2019). Portanto, a partir da relação entre pesquisadora e entrevistada, pode-se retornar às vivências, descrevê-las e assim compreender os significados das experiências que se relacionam ao objeto de estudo da pesquisadora (ANDRADE; HOLANDA, 2019).

A compreensão da experiência existente nesse “*mundo vivido*” tem como base a *redução fenomenológica*, que pode ser caracterizada pela suspensão de tradições, crenças e concepções científicas, o que possibilita acessar a experiência de um modo livre de construções *apriorísticas*, o que favorece novos conhecimentos (ANDRADE; HOLANDA, 2019). Essa redução se dá a partir do momento em que a pesquisadora suspende os conceitos prévios acerca do fenômeno estudado, favorecendo que se perceba a forma como o conteúdo foi experienciado pela participante (GIORGI; SOUZA, 2010). Nesta perspectiva, a fenomenologia possibilita que se estude o fenômeno percebido e se mostra como uma tentativa de descrever as experiências vividas como elas são, distanciando-se de interpretações, sendo os dados da pesquisa a própria realidade percebida, que envolve elementos intuídos, sentimentos, desejos e vontades (ANDRADE; HOLANDA, 2019).

As experiências podem ser compreendidas como uma evidência empírica e singular da pessoa que descreve sua realidade, ao passo que também é uma experiência no sentido amplo (HUSSERL, 2013). Essa experiência ampla abrange aspectos como a percepção, o objeto fenomênico em si, a pessoa e seu mundo vivido, sendo assim construída de forma intersubjetiva. A partir da descrição dessas experiências pode-se chegar no significado central da vivência (ANDRADE; HOLANDA, 2019).

Compreendemos que as entrevistadas possuem o conhecimento acerca da sua realidade, em que cada uma delas destaca fenômenos e possui significados particulares acerca da experiência que vivenciam. Assim, para compreender as práticas profissionais das psicólogas, na presente pesquisa, é fundamental acessar a experiência delas. A realidade e vivência singular das participantes que partilham de uma experiência comum (ANDRADE; HOLANDA, 2019; TURATO, 2005) é a fonte de material para o trabalho investigativo. O foco do estudo é no vivido e na experiência que possibilitará compreender significados (AMATUZZI, 1996).

Produzir ciência a partir dessa perspectiva epistemológica é reconhecer o lugar de não neutralidade da pesquisadora, sem esquecer o rigor metodológico e ético que a produção do conhecimento necessita. A interação marcada por relação dialógica entre pesquisadora e participantes (ANDRADE; HOLANDA, 2019) é o *locus* privilegiado para a produção de conhecimento sobre o objeto investigado, cuja compreensão por parte da pesquisadora demanda trabalho posterior de tratamento e análise do material reunido.

Trata-se, portanto, de uma *pesquisa qualitativa* que, conforme Minayo (2014) argumenta, dentre outras características, desenvolve estudos situados no contexto e na singularidade das participantes, o que possibilita acessar aspectos particulares da experiência delas. Pelo método qualitativo é possível compreender os significados da experiência e fenômenos, tanto em nível individual como coletivo (MINAYO, 2014; TURATO, 2005).

Orienta o trabalho de *construção e análise de dados* nesta pesquisa, o Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia, proposto por Giorgi e Souza (2010). Este modelo vem sendo utilizado em pesquisas de autoras como Ingrid Gianordoli-Nascimento (2006), Andrade (2007), Andrade e Holanda (2019), que nos oferecem importantes *trilhas* metodológicas para a realização de nosso estudo. O método fenomenológico nos permite compreender os dados obtidos como descrições do “mundo da vida” das entrevistadas (GIORGI; SOUZA, 2010).

Conforme o modelo de Giorgi e Souza (2010) o material construído na interação pesquisadora-participante deve ser organizado a partir de quatro passos sucessivos entre si e iniciados após a transcrição literal do material. O primeiro passo é a leitura exaustiva de cada entrevista, buscando perceber o sentido geral e uma *compreensão do todo* diante do que foi relatado. Essa tarefa demanda uma tentativa de observar o fenômeno estudado como se estivesse o acessando pela primeira vez, sem conceitos e conhecimentos prévios. O segundo passo se dá pela exploração exaustiva do material coletado, momento em que são identificadas as *unidades significativas* da experiência. Esse processo resulta na separação dos trechos da fala das entrevistadas, que são reagrupados em partes que se referem às unidades. Essas unidades existem num contexto, que é a relação dialógica entre a pesquisadora e seu objeto, o fenômeno que se destaca está relacionado à perspectiva que embasa a pesquisadora. No terceiro passo, os trechos de fala literais são transformados pela pesquisadora em linguagem descritiva que se articula com o fenômeno estudado. A descrição decorrente do passo três possibilita que se inicie o quarto passo, que se dá a partir da transformação das unidades significativas percebidas numa síntese da *estrutura geral (ou estruturas gerais)* da experiência vivida pela entrevistada. Após esse processo de investigação, os resultados obtidos são discutidos e há o

diálogo com a literatura, para que assim possa se estabelecer reflexões, aproximações e paradoxos com os achados anteriores acerca do tema e de seu estado da arte (GIORGI; SOUZA, 2010). Adiante apresentaremos os procedimentos específicos tomados em nossa investigação e análise.

4.2 Procedimentos

Inicialmente realizamos uma breve busca no Sistema de Cadastro do Suas (CadSuas) no antigo site do MDS, com a finalidade de mapear a quantidade de Creas existentes na Região Metropolitana do Recife (RMR). Após essa busca, pode-se perceber que, em sua maioria, existiam apenas um Creas por município, com uma ou duas profissionais de psicologia trabalhando por meio de vínculos temporários. Diante do pequeno quantitativo de profissionais, o baixo investimento que tem sido direcionado para a assistência e a grande incidência de serviços temporários, projetamos contar com seis municípios da RMR para contato com profissionais de psicologia.

Devido a pandemia de Covid-19 muitos serviços passaram a funcionar de forma atípica, o que dificultou a comunicação com as secretarias que poderiam autorizar a pesquisa. Como forma de obter essas autorizações enviamos às secretarias responsáveis pelos Creas um e-mail contendo um modelo de carta de anuência a ser assinado pela secretaria do município; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), e dois ofícios, um que abordava resumidamente os objetivos desta pesquisa (Apêndice B) e outro que apresentava dados da pesquisadora. Mesmo com os impasses encontrados e o longo processo de troca de e-mails para obtenção das anuências, conseguimos a autorização de dois municípios.

A partir da obtenção das anuências, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e aprovada por este Comitê por meio do parecer favorável de número CAEE 36002120.1.0000.5208 (Apêndice C). Destacamos que a pesquisa foi orientada segundo as normas e diretrizes da pesquisa com seres humanos, como a Resolução nº 466/12 e a nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Munidas das autorizações das secretarias municipais e do parecer do CEP, iniciamos a comunicação com essas mesmas secretarias para solicitação dos contatos dos Creas existentes em cada município. A partir da lista de números e e-mails disponibilizada pelas secretarias municipais, as coordenadoras dos Creas foram contatadas para que pudéssemos dialogar sobre a pesquisa e o possível interesse das profissionais em participar. Como forma de viabilizar esse

diálogo, foi encaminhado para as coordenadoras o parecer do CEP, anuência do município, ofício informativo da pesquisa e o TCLE.

Esse diálogo via e-mail e telefone possibilitou que as coordenadoras indicassem as psicólogas que atuavam com o abuso sexual infantil no serviço. Após essa indicação, as coordenadoras agendaram as entrevistas com as profissionais que aceitaram participar do estudo e que se enquadraram nos critérios estabelecidos nessa pesquisa. Como critérios de participação, exigimos profissionais graduadas em psicologia; que acompanhavam crianças e suas famílias em casos de abuso sexual; e que possuíam, no mínimo, quatro meses de atuação em Creas.

Diante do contexto da pandemia, propomos que as entrevistas acontecessem de forma remota, o que ocorreu com quatro psicólogas. Nestes casos o TCLE foi enviado previamente por e-mail e devolvido à pesquisadora também por e-mail, já assinado. Esse processo ocorreu antes da data agendada para a entrevista. As entrevistas *on-line* foram realizadas a partir da plataforma do *Google Meet*, que oferece uma criptografia que garante a segurança dos dados informados. Todas as profissionais foram orientadas a buscar um espaço que garantisse sua privacidade e sigilo, pois no momento de nosso diálogo algumas estavam no Creas ou em sua residência.

Enviamos por e-mail o TCLE para conhecimento prévio das duas participantes que declararam interesse em realizar as entrevistas presencialmente. Essas entrevistas ocorreram no local de trabalho das profissionais, na data previamente marcada. Na ocasião, as colaboradoras foram informadas acerca dos riscos e benefícios em participar da pesquisa, da garantia do sigilo da identidade, e da possibilidade de desistir de sua participação a qualquer momento. O TCLE foi lido, assinado e a entrevista foi iniciada. Vale salientar que foram seguidas todas as orientações de biossegurança para a prevenção do contágio pela Covid-19, como o distanciamento, uso de máscaras e álcool gel durante toda a nossa conversa.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, pois esta favorece o relato da experiência e, por conseguinte, a compreensão do contexto e práticas sociais das entrevistadas (MINAYO, 2014). O roteiro (Apêndice D) previamente elaborado orientou a entrevistas, que foram gravadas em áudio. Com duração média de uma hora, elas foram posteriormente transcritas e os respectivos arquivos serão armazenados por um período mínimo de cinco anos.

4.3 Participantes

Participaram do estudo seis profissionais de psicologia que atendem casos de abuso sexual infantil em Creas da RMR. A participante mais jovem possuía 38 anos, enquanto a mais velha 57; a média de idade delas foi de 46 anos. Quatro psicólogas concluíram a graduação em psicologia em universidades particulares, enquanto duas delas cursaram a formação em universidades públicas. O tempo médio que tinham de graduadas era de 19 anos. A formação mais antiga estava há 32 anos, isto é, em 1988 e a mais recente há 12 anos. Apenas uma delas não possuía curso de especialização.

Quanto ao tempo de atuação com esse público no Creas, as psicólogas possuem em média três anos e meio, sendo que a maioria já havia trabalhado em outros Creas anteriormente. As psicólogas tinham como vínculo empregatício o contrato com as Prefeituras sendo apenas uma concursada. No momento das entrevistas, metade delas conciliava o trabalho no Creas com outro vínculo.

Cada entrevistada foi solicitada a escolher um nome fictício para ser usado como referência a ela na redação deste texto, preservando assim o sigilo e anonimato. Duas participantes pediram que a pesquisadora atribuisse o nome fictício solicitado. As entrevistadas são identificadas como *Aline, Dolores, Esmeralda, Maria, Priscila e Sofia*.

Como todas as entrevistadas são psicólogas e devido a majoritária quantidade de nós que se apresenta como do gênero feminino no Brasil, optamos na redação deste texto por nos referir às entrevistadas, e demais profissionais, no feminino. O mesmo fazemos com a redação que cita as crianças vítimas de violência sexual, por serem meninas em sua maioria. Pelo mesmo motivo, autores de violência são referidos no gênero masculino, pois homens são a maioria como agentes de abuso sexual infantil.

4.4 Análise das práticas profissionais

O tratamento do material audiogravado das entrevistas foi organizado pelo que orientam Giorgi e Souza (2010), e aqui apresentamos em tópicos como recurso de comunicação o mais explícita possível:

- i) Cada entrevista foi transcrita literalmente em editor de texto *Word*, resultando em média 16 páginas cada, 96 páginas no total.
- ii) Após transcritas todas as entrevistas, cada uma foi lida exaustivamente, ocasião em que a redução fenomenológica nos permitiu visualizar quatro aspectos que se repetiam e atravessavam os relatos de todas as entrevistadas: as usuárias; o Creas; a prática psicológica e as implicações profissionais.

- iii) Em seguida, sistematizamos os conteúdos de cada participante sobre cada um dos quatro aspectos. Mantivemos respeito à experiência relatada, com atenção para o caso de surgir um *novo* elemento em algum dos relatos, o que não foi identificado. O esforço em sistematizar os quatro elementos de cada relato funcionou como estratégia que contribuiu na definição do *sentido geral* da experiência de cada participante, cuja identificação preliminar tinha apenas leves contornos após a primeira leitura.

A identificação de trechos de fala literais de cada entrevistada foi realizada com recursos de classificar, copiar e colar do editor de texto *Word* (GALINDO; FRANCISCO; RIOS, 2013), de modo que para cada entrevista reunimos um arquivo em que foram divididos os conteúdos sobre: as usuárias; o Creas; a prática psicológica e as implicações profissionais.

- iv) Os conteúdos associados a esses quatro temas possibilitaram a identificação de unidades significativas da experiência relatada por cada participante. De posse de um arquivo contendo as falas literais das entrevistadas por conteúdo, e com notas das unidades significativas, cada material foi transformado em linguagem científica por parte da pesquisadora, isto é, com termos que informam e evidenciam sobre significados atribuídos às práticas profissionais de psicólogas de Creas diante do abuso sexual infantil.
- v) Cada material de entrevista foi sistematizado em uma *síntese descritiva*, resultado da construção que estava em curso desde o primeiro momento, quando da leitura e tentativa de identificação do *sentido geral* da experiência. Essa descrição permite que se comunique o essencial de um conjunto de experiências que se relacionam ao fenômeno em investigação.

Cada *síntese descritiva* compõe o capítulo seguinte de Resultados, com subtópicos identificados segundo o *sentido geral* da experiência de cada participante. Nosso esforço foi o de apresentar em cada síntese a “rede essencial das relações entre as partes, de modo que o significado psicológico total possa sobressair” (GIORGI; SOUZA, 2010, p. 90). Segue-se ao capítulo de Resultados o de Discussão, que tece esforços de compreensão da *estrutura geral* de nosso estudo e faz diálogo com a literatura científica sobre os achados da pesquisa.

5 EXPERIÊNCIAS DAS PSICÓLOGAS

Neste capítulo apresentamos a experiência de cada participante da pesquisa. Cada síntese tem um título indicador do que identificamos como *sentido geral* da experiência profissional. O material está disposto por ordem alfabética das participantes, na seguinte ordem: Aline, Dolores, Esmeralda, Maria, Priscila e Sofia.

5.1 Creas e Família como parceiras na proteção da criança

Aline se identifica como do gênero feminino e branca. Ela tem 47 anos e se denomina como de religião espiritualista cristã. Aline se graduou em 1995 numa universidade particular e tem experiência na área da psicologia escolar e assistência social. Atualmente se divide entre seu contrato no Creas e o vínculo numa instituição de proteção social de alta complexidade em outro município, que ingressou por meio de um concurso. A psicóloga tem especialização em educação especial, assim como várias capacitações pelo Suas.

Acerca de sua prática no Creas, Aline expressa que realiza visitas domiciliares, o atendimento psicossocial, articulação com a rede, reuniões de equipe e elaboração de relatórios. Refere que sua atuação tem como foco a garantia de direitos, e não o assistencialismo; visa mobilizar a autonomia das usuárias e a luta pelos próprios direitos, ao atuar como figura de suporte para as vítimas. Busca respeitar as orientações das políticas públicas e a partir delas estruturar suas atribuições para que consiga contribuir com a realidade das pessoas atendidas no Creas. Ao falar sobre suas ações junto às crianças e famílias vítimas de abuso, Aline relata que busca seu equilíbrio, empatia, neutralidade e garantia de direitos para nortear sua prática.

A psicóloga direciona suas intervenções para que a criança seja prioridade no atendimento prestado, sendo cuidada e sensibilizada com a finalidade de evitar revitimização e sofrimento. Aline compreende a prática no Creas como de suma importância para o acompanhamento e atuação técnica frente a esses casos, para que se possa garantir, com absoluta prioridade, a escuta, sensibilização e não revitimização da criança atendida, “*para que ela possa seguir em frente*”⁵, enquanto também direciona suas ações para atuar frente às demandas que chegam. Aline expressa que pauta suas intervenções a partir do entendimento do que é ou não seu papel no serviço e até onde pode ir pela vítima, agressor e família.

⁵ Expressões aspas e em itálico se referem à fala das próprias entrevistadas.

Esforça-se em oferecer suporte às famílias e usuárias, respeitando essas pessoas e a dinâmica de cada um, porém sente-se incomodada quando as usuárias a responsabilizam por resolver situações que são atribuições da família, como levar a criança nos serviços da rede e ir até a escola realizar a matrícula. Aline se incomoda com essa responsabilização e procura delimitar seu papel frente a essas famílias, direcionando suas ações apenas para o que está dentro de suas possibilidades de atuação. Aline relata satisfação diante dos casos em que as famílias se sensibilizam para assumir o papel de ativas na saída do contexto de violação, porém há casos em que as famílias não seguem as orientações dadas por ela e não realizam os encaminhamentos necessários, situação que desperta sua frustração e sensação que a família não quer se responsabilizar para sair da situação abusiva. Quando não há uma adesão ao serviço, Aline responsabiliza a família por não “*querer*” sair da violação.

Quando se trata dos abusadores, a perversidade deles está atrelada à ausência de sentimento de culpa, analisa Aline. A sensação despertada nela, por eles, parece ser tomada como orientação para o trabalho com os autores da violência sexual, que ora pode ser percebido como perverso, ora como arrependido. Aline compreende que fazer juízo de valor e exercer um papel investigativo são atribuições que não cabem na prática da psicologia no Creas junto ao abuso sexual infantil e os agressores. Ela busca respeitar as pessoas envolvidas na violência, inclusive mantendo postura “*neutra e equilibrada*” para que consiga se aproximar de uma superação do abuso e se distanciar do preconceito, estigmatização e rótulo dos envolvidos, ao passo que também promove o cuidado e escuta.

Aline se identifica com seu trabalho no serviço e o sente como gratificante. Principalmente quando as usuárias estabelecem um bom vínculo e agradecem pelo suporte oferecido por ela ao longo do processo. Porém, afirma que se sente frustrada diante da falta de articulação da equipe, pois muitos profissionais não se empenham para realizar um bom trabalho. Refere que quando a equipe ou outros serviços não fazem seu papel, o trabalho se mostra prejudicado, visto que o Creas não tem o papel de cobrir lacunas desses serviços. Aline denuncia que quando os atores da rede não atuam e apenas postergam as ações, não se consegue dar andamento ao caso, o que prejudica os encaminhamentos necessários.

A falta de compromisso de alguns profissionais com seu papel e atuação no serviço são pontuados como grande dificultadores para Aline, situação que a motiva cobrar a equipe para que as usuárias não sejam desassistidas devido a inércia desses profissionais. Principalmente quando se trata de profissionais que não possuem uma escuta respeitosa e sensibilizada, que apresentam posturas atravessadas por preconceitos, estereótipos, de visão tecnicista, verticalizada e fiscalizadora da realidade das usuárias. Esses profissionais terminam por

revitimizar essas pessoas e se distanciam de ações que visam o cuidado socioassistencial. Para Aline, a prática nesse campo demanda que se construa vínculos respeitosos com as usuárias e se trabalhe para desconstruir preconceitos, buscando intervenções que favoreçam um acompanhamento cuidadoso, respeitoso, que não traga revitimizações e que busque a superação da violência. *“Trabalhar pra superação, né? O fato aconteceu e o que é que a gente vai fazer daqui pra frente, né?”*.

5.2 Famílias e Rede precisam trabalhar em conjunto diante da violência

Dolores apresenta-se como do gênero feminino, negra e heterossexual. Tem 42 anos, é casada e tem como religião, a católica. Concluiu a graduação em psicologia no ano de 2008 numa universidade particular e desde então vinha trabalhando como psicóloga no setor administrativo, até que em 2014 iniciou seu trabalho no Creas. Após a entrada na assistência social realizou algumas formações pelo MDS e atualmente se divide entre o seu contrato no Creas e os atendimentos clínicos de forma domiciliar, orientados pela psicanálise.

Destaca em sua prática no Creas o papel que exerce junto às famílias acompanhadas. Sua atuação toma o sistema familiar como referência. Refere a família que possui um membro em situação de abuso sexual como um campo que precisa ser sensibilizado e fortalecido para que consiga atuar como suporte frente a esses casos. Muitas das famílias que acompanha se mostram *“desarmônicas e desestruturadas”*, chegando resistentes ao serviço e, por vezes, até negando a violência. Tenta oferecer uma atuação que possa dar conta da realidade dessas pessoas e mostrar caminhos para a saída da situação abusiva, mesmo notando que algumas famílias não se mobilizam para mudar essa realidade.

Em sua prática, a entrevistada concebe o ambiente familiar como um espaço ora positivo, ora negativo para o enfrentamento da violência. A psicóloga identifica que as trocas entre os atores envolvidos - família e Creas - favorecem novas possibilidades de cuidado. Porém, quando não há uma adesão ao serviço, nem articulação entre a família e as profissionais, ela percebe que o acompanhamento se mostra limitado. Dolores posiciona sua atuação como atravessada pela ideia da família como fundamental, além de pautar suas intervenções para que esta possa ser um ambiente acolhedor para a criança.

Para Dolores, a mãe da vítima no contexto da violência, ora é ativa no processo de cuidado, ora se encontra fragilizada. No primeiro caso, a mãe atua indo em busca dos direitos para que a criança saia da situação de violência. Quando *“fragilizadas”* muitas delas encontram-

se sobrecarregadas com as funções de cuidado da casa e dos filhos, não percebem que a violência está ocorrendo e, em alguns casos, também são objeto de violência.

Com relação às vítimas, são subjetivadas em meio à violência sexual, sendo necessária intervenção psicoterápica para que essa violência não traga efeitos negativos que perduram por anos. Entendemos que Dolores dirige uma significativa atenção à família e à vítima e, a partir das demandas e possibilidades de ações que se apresentam no sistema familiar, ela vai estabelecendo suas intervenções. Frente a esses casos, a psicóloga afirma que precisa recorrer a um trabalho de *“formiguinha”*, para ir mobilizando a família aos *“pouquinhos”* e assim garantir que os cuidados necessários sejam realizados, tendo como finalidade a superação do contexto de violação.

O Creas é referido como um espaço dinâmico e que oferta o cuidado às famílias de seu município. A psicóloga se identifica com a proposta do serviço, com as atividades e com o público em situação de violação de direitos. Nesse campo, ela busca uma atuação atenta para a família e, principalmente, à vulnerabilidade social e às condições que advêm da questão social vivenciadas por seus membros, como a ausência de energia elétrica, por exemplo. A vulnerabilidade social que atravessa a realidade da criança e sua família exige ações que consigam promover intervenções próximas às necessidades do público atendido. Problemas comuns identificados no trabalho junto às famílias são dificuldade de adesão ao acompanhamento oferecido e o fato de que elas não se encontram *“sólidas”* o suficiente para lidar com o serviço, a violência e os encaminhamentos que são dados.

Dos desafios na rotina de trabalho no Creas, Dolores cita as dificuldades de construir articulações institucionais com alguns equipamentos de seu município em benefício do atendimento às vítimas. Profissionais de outros serviços podem não compreender o abuso sexual infantil de forma ampla. Diante disso, ela precisa sensibilizar esses outros setores para que possam atender a vítima e sua família de um modo efetivo e não revitimizador.

Esses desafios se somam a grande demanda de trabalho e a quantidade de famílias que acompanha, que está muito acima da indicada na política, o que lhe desperta a sensação de não conseguir atuar com a qualidade que gostaria. A entrevistada aponta que a equipe do Creas é pequena e não se mostra suficiente para dar conta das atribuições previstas, além de não conseguir atender todos os casos de violação de direitos que chegam ao serviço. Quanto às atividades realizadas, afirma que tem como atribuição o atendimento individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos, relatórios, além de relatar que *“aqui a gente faz tudo e atende a todos”*.

Diante desse contexto, Dolores sente-se sobrecarregada para atuar frente aos desafios existentes no serviço e os casos de abuso sexual infantil. Afirma que acompanha alguns casos de abuso sexual infantil que são revoltantes, enquanto profissional e como pessoa. Compreende que os casos que chegam ao serviço não são “*tranquilos*” e que precisa “*segurar a onda*” para que sua prática consiga atender as necessidades da vítima e sua família. Percebe-se que atuar junto às famílias para sanar a violação de direitos é um aspecto significativo para a prática de Dolores e que surge como motivador para continuar realizando seu trabalho no Creas, que nomeia como “*apaixonante*”, mesmo diante das dificuldades e violações que se apresentam.

5.3 Com poucos investimentos o trabalho fica comprometido

Esmeralda se identifica como do gênero feminino e como mulher branca “*desbotada*”. Tem 49 anos, é casada e nomeia sua religião como “*espiritólica*”, pois frequenta o catolicismo e o espiritismo. Esmeralda finalizou sua graduação no ano de 2000, numa universidade pública, e possui especialização em Planejamento em Saúde Urbana. Seu vínculo no Creas é por meio de um contrato, não possuindo nenhum outro vínculo atualmente. Afirma que fundamenta sua prática nos documentos oficiais do Suas, como a tipificação e a PNAS; no contato com as crianças vítimas de abuso sexual faz uso de livros infantis que tematizam a questão. Com relação a sua experiência de trabalho, Esmeralda afirma que já trabalhou como psicóloga na assistência social em municípios do interior do estado de Pernambuco e no campo do judiciário. Na assistência social tem experiência de ter acompanhado diversos casos de abuso sexual infantil. Avalia que seu trabalho como psicóloga diante de casos de violação de direitos de crianças tem mudado após ter sido mãe, com mais sensibilidade e cuidado para com usuárias do Creas.

As atividades de Esmeralda no Creas envolvem atendimento psicossocial, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, atividades em grupo, integração com a equipe de trabalho, articulação com a rede intersetorial do território. Assim como encaminhamentos para atividades de esporte, cursos e grupos de convivência, que estão paralisadas devido a pandemia de Covid-19.

Quando se trata de crianças vítimas de abuso sexual, a psicóloga refere que sua prática pode possibilitar uma compreensão acerca do comportamento e dinâmica das pessoas envolvidas - vítima, abusador, família - o que contribui para orientar suas ações no serviço. Entende o abuso sexual infantil como fenômeno complexo que reflete na vida das pessoas para o resto da vida. Nesses casos, ela afirma que seu acompanhamento se dá pelo acolhimento da

criança, com uma escuta atenta, buscando compreender a situação abusiva e os aspectos que possam vir a fragilizar ainda mais o contexto em que a vítima e família se encontram.

Para cada caso acompanhado por Esmeralda, procedimentos e encaminhamentos específicos são realizados, pois “*cada criança é um ser único, cada adolescente é um ser único, ele tem a sua história, ele tem as suas expectativas de vida*”. A psicoterapia, de forma geral, é indicada, pois auxilia as vítimas a lidar com a dor decorrente do abuso e promove o “*trabalho emocional*”. A rede intersetorial é acionada por articulação e/ou encaminhamentos como estratégia para que a criança e sua família em situação de violência tenham suas necessidades atendidas. Nesse campo, a psicóloga significa que entrou na assistência para somar com a política, buscando assim favorecer um maior acesso das usuárias a outros serviços da rede, enquanto promove suporte e garantia de direitos.

O acompanhamento psicológico que Esmeralda realiza no Creas tem impacto na população, por oferecer suporte social por meio da garantia de direitos e maior cobertura possível dos serviços necessários para atender a realidade das usuárias. Além de também ter impacto no trabalho da equipe como um todo e na qualificação da psicologia no campo da assistência social. Habilidades de psicólogas como escutar, observar, compreender comportamentos, são identificadas por Esmeralda como “*diferencial*” no trabalho. Ela refere que esses aspectos são rotineiramente garantidos por psicólogas durante as visitas domiciliares e atendimentos realizados o que, por sua vez, contribuem com informações para o estudo da equipe e da rede e definição de estratégias de intervenção.

Esmeralda relata que tem sido difícil trabalhar na assistência social. Afirma que “*não tem investimentos nessa área*”, o que resulta no que ele nomeou como “*falta de retaguarda*”, isto é, deficiência de recursos físicos e estruturais necessários para as intervenções, como telefone, impressora, carro e/ou combustível para deslocamentos. Os problemas de recursos se somam à sobrecarga da rede intersetorial que não consegue absorver a quantidade de casos que chegam. Mesmo conseguindo articular e encaminhar as usuárias para alguns serviços da rede, avalia que sua atuação não é suficiente para dar conta desses casos devido às dificuldades vividas no Creas e nas diversas instituições, que também se encontram sem investimentos e com grande demanda de trabalho, aspectos que dificultam sua prática.

A despeito das dificuldades, Esmeralda significa que sua prática no Creas é gratificante, principalmente por entender que a prática da psicologia tem muito a somar com o serviço, pois favorece o entendimento da situação abusiva, podendo criar estratégias de atendimento que viabilize o acesso a direitos e serviços que possam contribuir para que a criança e família saia do contexto de violação.

5.4 A PNAS em seus fundamentos e fragilidades orienta a prática profissional

Maria se identifica como do gênero feminino e branca. Tem 57 anos de idade e há 33 anos é psicóloga. Concluiu o curso em 1988, numa universidade particular. Em sua trajetória profissional Maria possui experiência no campo da saúde, educação e da assistência social. Sua atuação na assistência social iniciou-se ainda nos últimos anos da década de 1990, numa época que não era política, mas sim assistencialismo, como ela nomeia. Atualmente trabalha em dois municípios da Região Metropolitana do Recife; em um deles no campo da assistência social e no outro, no campo da saúde.

Fundamentos da política de assistência social orientam as práticas de Maria, em suas ações junto às vítimas de abuso sexual, no serviço e diante das demais profissionais. Maria considera que sua prática frente os casos de abuso sexual no Creas pode ser facilitada ou dificultada pela postura da equipe que compõe o serviço. No caso do Creas em que atua afirma que pela equipe ser concursada favorece que conheça melhor o território e esteja qualificada para absorver os casos. Já quando a equipe e a gestão é composta por contratos ou cargos comissionados, Maria percebe que a história da política no município e o acompanhamento não tem uma continuidade e se perde, pois são admitidas profissionais que, às vezes, não conhecem a política e terminam por imprimir perspectiva assistencialista no acolhimento às usuárias vítimas de violência.

Para que a atuação de Maria consiga ser efetiva, ela precisa conhecer tudo: serviços, projetos e o Suas, para embasar suas ações e procedimentos segundo o que a política recomenda. A partir da necessidade do caso e do seu conhecimento ela busca ofertar o máximo que a política pública permite, mesmo que precise “*brigar*” pelo cumprimento da garantia dos direitos. A briga surge com frequência na fala de Maria, pois é reflexo do sentimento de revolta que experimenta quando o direito das usuárias não está sendo garantido. Maria busca argumentos na própria política para que possa exigir dos serviços a garantia e proteção de direitos. Diante dos casos de abuso sexual infantil, a psicóloga refere que o foco de sua prática no Creas é conhecer a política e “*brigar*” por direitos, visando facilitar um processo em que a criança saia da situação de risco.

Maria refere que sua prática no Creas tem como foco principal a articulação da rede, momento em que ela encaminha a criança vítima de abuso sexual para o acompanhamento psicológico e assessoria jurídica, por meio da parceria que possui com os equipamentos do município. Quando a violação é superada a criança é desligada do Creas, mas continua com o

atendimento na saúde, pois tem um entendimento que a criança ainda vai demorar para superar emocionalmente o ocorrido. Maria trabalha na articulação com os equipamentos necessários para que seja possível garantir direitos e o cuidado da criança.

A política é muito bonita no papel, mas na prática não funciona totalmente em seu município, possuindo muitos entraves, avalia Maria. O Creas e demais equipamentos no território em que trabalha não conseguem atender à grande demanda de casos, o que termina por ocasionar uma lista de espera no serviço que a deixa revoltada. Maria afirma que uma rede sobrecarregada e fragilizada traz dificuldades, pois fica limitada e não consegue atender as demandas das usuárias. Além das dificuldades com a rede, a entrevistada avalia que os serviços possuem “*profissionais e profissionais*”, referindo diferenças de posturas na execução de suas funções. Enquanto uns estão lutando pela assistência social como política pública, outros dificultam seu trabalho e praticam o assistencialismo, desconhecendo os direitos instituídos na política. Os recursos financeiros e humanos limitados que resultam em sucateamento dos equipamentos e profissionais sobrecarregados e/ou com postura assistencialista, são aspectos que informam sobre fragilidades da política de assistência social e terminam por reverberar fortemente nas possibilidades de intervenção e atendimento que Maria consegue ofertar no serviço junto às usuárias vítimas de violência.

Quando a gestão e as profissionais têm uma atuação comprometida, conhecem a política e se disponibilizam a lutar para mudar o cenário em que o Suas se encontra, Maria reconhece que consegue atuar de forma mais efetiva junto às vítimas de violência e com a equipe. Porém, atualmente ela compreende que a política como um todo está num processo de perda de direitos e desinvestimento, contexto que interfere diretamente em sua atuação. Diante dessa situação, ela afirma que nunca viu o Suas funcionando como está preconizado na política, mas o sucateamento vem se agravando, contexto que a deixa insatisfeita. Nota-se que Maria apoia-se no que está preconizado no Suas e como este Sistema tem se organizado, identificando aspectos que são potentes e frágeis para sua prática no serviço.

Acerca de sua identidade no serviço, Maria afirma que precisou construir seu espaço no Creas e fundamentar sua prática a partir da política e referências produzidas pelo Crepop, pois logo quando ingressou naquela unidade a psicologia nesse contexto era “*perdida*”. Muitas vezes precisou demarcar que sua prática não é igual ao que faz uma assistente social, pois desempenha as mesmas atividades, mas sua abordagem e compreensão das situações, bem como as intervenções diante das crianças vítimas de abuso sexual estão amparadas nos fundamentos da psicologia.

A partir da experiência no Suas, estudos sobre a PNAS e referências dos Conselhos de psicologia, Maria foi conseguindo uma maior compreensão da atuação nesse espaço, o que se mostrou importante para nortear as intervenções realizadas por ela junto às crianças vítimas de abuso sexual no Creas. Atualmente, a prática de Maria é atravessada pelos fundamentos que possui acerca da psicologia na PNAS, os recursos que possui no Creas, e mesmo sentindo que há uma dificuldade estrutural no serviço, como a alta demanda e ausência de recursos que facilitem essa prática, a avalia como positiva e percebe que dá o máximo de si dentro das possibilidades que encontra diante dos casos de abuso sexual e da política pública. Nesse sentido, percebe-se que desde que entrou no Suas Maria recorre aos recursos do serviço, mas principalmente aos estudos e fundamentos da psicologia, a partir das referências do Crepop, além de considerar as normativas da política de assistência social para organizar suas intervenções e prática no serviço, aspecto que orienta sua atuação até hoje.

5.5 Vínculo, paciência e interlocução garantem o bom andamento do trabalho

Priscila tem 47 anos e se identifica como do gênero feminino, raça/cor branca e religião evangélica. A psicóloga se formou em 2005, numa universidade particular e tem pós-graduação em Gestão Pública. Durante sua trajetória na psicologia chegou a atuar no contexto hospitalar e em clínica privada. Atualmente trabalha por meio de um contrato no Creas, no qual já atua há quase três anos, e não possui nenhum outro vínculo empregatício. O seu trabalho tem como foco principal a garantia de direitos da criança que sofreu o abuso sexual. Para tanto, prioriza a construção de vínculo com a vítima e sua família e tem como suporte uma Rede que responde aos encaminhamentos necessários.

Ela compreende que para algumas usuárias, o abuso sexual foi uma experiência dolorida, que ela refere como um “*baque muito grande*” e tão forte que elas se “*trancam*”, se “*fecham*”. No atendimento às vítimas, Priscila tenta construir uma relação de suporte para que elas se fortaleçam, diante da violência vivida. O desafio é conseguir que a criança olhe para fora da situação abusiva e assim possa ver “*novos horizontes*”.

O ponto de partida de seu acompanhamento de uma criança vítima de abuso sexual é a construção de vínculo com a ela e sua família. Para tanto, é indispensável respeitar o tempo daquela família e ter “*paciência*” para conseguir realizar o acompanhamento de forma mais próxima. E cada pessoa/família tem um funcionamento singular que deve ser identificado para orientar a relação. É assim que, em primeiro contato com alguém, Priscila trata a pessoa pelo nome e só passa a usar o apelido, se for o caso, a partir de acordo entre eles. É assim também

que a construção do vínculo com uma família pode se dar logo no primeiro contato e com outra pode levar um, dois meses.

Na rotina do Creas a equipe pode provocar discussão sobre determinado caso em acompanhamento por uma profissional ou uma dupla de profissionais. Os estudos de caso ajudam a compreender a situação e/ou definir estratégias interventivas. Priscila informa que este debate acontece sempre que necessário, o que nos indica tratar-se de uma rotina de trabalho.

Espaço de interlocução também existe na Rede de instituições do território, voltada para proteção de direitos e/ou gestão de situação de risco. O Creas é uma das instituições da Rede e dirige para ela as necessidades de cada caso. É assim que o equipamento de saúde garante psicoterapia às vítimas. E, como exemplificou Priscila, o setor de suporte garante colchão para uma criança que se afastou de sua residência para se distanciar do abusador e dorme em péssimas condições na casa de parentes. Priscila comenta como possibilidades de suporte para vítimas, programa menor aprendiz, prática de esportes, programa de convivência e fortalecimento de vínculos do Cras. As articulações com outros equipamentos da Rede que, para a criança/família assumem contornos de encaminhamentos, são anunciados por Priscila como norteadores e “luz” para a vítima. Diante de novos caminhos a criança poderá se fortalecer e se reerguer.

Priscila aborda com ironia o quanto a formação obtida na graduação a ajudou a trabalhar na política de assistência social. Por ter se dedicado ao campo da psicologia clínica, não acumulou habilidades para o trabalho no Creas, que ela identifica como do campo da psicologia social. Descreve como expectativa de trabalho construída na formação como *“aquela coisa linda; aquela coisa que eu precisava ficar dentro do meu consultório, todo mundo arrumadinho; que eu chegava lá ficava quietinha, esperando o povo chegar, toda arrumadinha, perfumadinha, pra fazer um atendimentozinho”*. Sua inserção em um campo distinto daquela que tinha projetado demandou sua atualização, que vem sendo garantida por cursos ofertados por gestores da assistência social. Priscila avalia como positiva a iniciativa de sempre estar ofertando novos cursos e garantindo a atualização profissional.

Priscila comenta que em alguns momentos que esteve na comunidade, se assustou com o cenário diante de si. Por vezes se questionava acerca do que estava fazendo no Creas, inclusive não se identificando como psicóloga na rotina, como se tivesse pago sua formação em vão. Atualmente ela sente prazer em seu trabalho, percebe que tem obtido bons resultados e argumenta que para atuar no Creas é necessário que a profissional se identifique com o serviço e tenha uma postura de *“amor para o indivíduo”*, que precisa vir de dentro da profissional e que vai dar subsídios para sua prática junto às pessoas atendidas. Ao refazer sua trajetória na

unidade, Priscila diz que agora, ao visitar a comunidade percebe que *“é bem-vinda no local. E aí ‘é nossa!’; Então nós somos bem-vindas. (...) E aí que a gente vê que eles são bem abertos e tão receptivos pra receberem toda essa ajuda necessária e também eles gostam disso... de serem tratados como pessoa, como cidadão”*.

5.6 Questões político-institucionais dificultam e limitam a prática profissional

Sofia se denomina como do gênero feminino e branca, com idade de 38 anos, cuja religião é a espírita kardecista. Concluiu o curso de psicologia em 2005, numa universidade pública e desde então fez algumas especializações no campo da psicologia clínica e residência no campo da saúde. Atualmente possui dois vínculos de trabalho que ingressou por meio de concurso público, um no campo da assistência social, em que está lotada no Creas, compondo a equipe do Paefi, e outro no campo da saúde, atuando em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps).

A rotina de Sofia se caracteriza pela tarefa como técnica de referência de, em média, 20 famílias e a realização de acompanhamento psicossocial dos casos. Estes ocorrem em dupla e sua parceira é uma assistente social do serviço. Mesmo acompanhando a quantidade de famílias indicada na política, a entrevistada aponta que dentro de uma família existem diversas vulnerabilidades e usuárias em situação de violação de direitos. A avaliação de Sofia é que a grande demanda de trabalho e a falta de recursos dificultam que ela consiga atender a todos com qualidade. A profissional percebe que o ideal seria que o trabalho se organizasse de forma mais aproximada com as necessidades das usuárias, mas às vezes não é possível. Assim, não consegue realizar um trabalho ideal, tendo que trabalhar com o real, que se caracteriza por uma prática atravessada por dificuldades e desafios decorrentes da dinâmica político-institucional do serviço.

Sofia destaca que um dos aspectos que não são ideais no serviço é a existência de uma lista de espera, cuja responsabilidade de gerenciá-la é da coordenadora que distribui os casos para as demais profissionais. A profissional entende que a demora no atendimento a quem procura o serviço está relacionada à alta demanda da população diante da pequena quantidade de profissionais, o que dificulta que o Creas consiga absorver os casos. Esse contexto favorece que mais usuárias entrem e permaneçam na lista de espera, o que desperta a insatisfação de Sofia e a preocupação com as crianças vítimas de violência que ainda esperam atendimento.

A vivência num serviço que não consegue atuar de forma ideal está presente na prática de Sofia desde que ingressou no Creas, momento em que percebeu que ele não estava de acordo

com as normativas da assistência, além de estar mal estruturado, época em que houve uma cobrança do MDS para que a gestão municipal regularizasse o serviço. Acerca dessa organização, Sofia compreende que o serviço é estruturado e tipificado pela política, mas não possui um protocolo de como cada profissional deve intervir. Nesse campo, entende que o trabalho deve ser orientado pelas normativas e resoluções da política e não pelo “*jeitinho*” do que cada profissional quer fazer. São essas normativas que vão ofertar um “*norte*” e linha de atuação para guiar as ações desenvolvidas e a dinâmica do serviço. Percebe-se que mesmo sem um protocolo, Sofia orienta sua prática e justifica suas escolhas e intervenções frente aos casos de violência. Nesse contexto, expressa que é um desafio ter que “*se virar*” diante das condições de trabalho e atribuições previstas.

Diante da complexa realidade do serviço, ao executar as funções a ele atribuídas, Sofia recorre aos poucos recursos (físicos, humanos, materiais, entre outros) disponíveis, buscando o que está dentro de suas possibilidades enquanto profissional de um Creas nestas condições. Mesmo após mobilizar esses recursos, ainda sente que faz muito pouco pelas usuárias, pois acredita que se fosse responsável por menos famílias conseguiria ofertar um atendimento com maior qualidade às vítimas de abuso sexual infantil. Os contornos institucionais do Creas, portanto, terminam por modelar a prática profissional de Sofia, limitando ou facilitando suas intervenções diante desses casos.

Além das dificuldades encontradas diante das características dessa política e da organização da instituição, Sofia também identifica desafios na atuação com o público vítima de violência sexual. Ainda assim, a profissional aponta que já possuía interesse no trabalho com esses casos, visto que sua entrada no serviço se deu a partir de um pedido de transferência para atuar com esse público. Refere que essa atuação envolve o trabalho não só com a vítima, mas com a família também. Aponta que a adesão ao acompanhamento do Creas favorece que seus membros reconheçam a violência sexual como violação de direitos, já que algumas famílias não percebem a criança como vítima e com direitos violados. Nesses casos, a psicóloga compreende que aspectos como a desigualdade e a vulnerabilidade social facilitam a violação e ainda dificultam a continuidade do acompanhamento, assim como o acesso ao Creas e demais serviços.

Nesse campo, Sofia busca sensibilizar e fortalecer a função protetiva da família, ao mesmo tempo em que vai atuando para que a violação de direitos seja superada. No caso em que essa violação é um abuso sexual infantil, a profissional aponta que, como não é orientação da política fazer o acompanhamento psicoterápico no Creas, ela encaminha a criança para a Rede de Saúde, buscando assim um cuidado compartilhado e integral.

Diante dos casos de abuso sexual infantil, Sofia se utiliza de sua experiência para organizar suas ações, que iniciam a partir da visita domiciliar por entendê-la como importante ferramenta para o primeiro contato com as famílias. Além da visita, a psicóloga possui outras atribuições no serviço, como: atendimento individual e em grupo, encaminhamentos para rede, elaboração de relatórios, participação em reuniões, estudos de casos, entre outras atividades. Porém, a entrevistada sente a necessidade de sempre repensar essa prática, visto que muitas famílias chegam com demandas e situações que exigem a busca de novos esquemas para atuar e dar conta de sanar a violação de direitos.

Sofia afirma que sente prazer em sua prática no Creas e que se identifica com a política, não sentindo desconforto ou incômodos com relação à estrutura do serviço e atividades que exerce. Porém, mesmo sentindo prazer no que faz, também se vê cansada, pois com todo seu esforço em contribuir com os casos de violência, sente-se esbarrando em desafios político-institucionais que dificultam e limitam sua prática na assistência. Contexto que desperta seus questionamentos acerca do que se entende por acompanhamento dentro do Creas, visto que muitas vezes percebe que esse atendimento não é realizado conforme indica a política e a proposta do serviço - seja devido à falta de recursos para contatar a família ou realizar as visitas, seja pela própria estrutura do Creas que não consegue absorver os casos de uma forma que garanta não só o direito, mas também a qualidade do serviço prestado.

Refere que um elemento que tem auxiliado a lidar com os desafios e situações de violação de direitos é um coletivo de profissionais do município que se reúnem para estudos de casos. Mesmo com resistência de alguns profissionais, Sofia percebe essa articulação como construtiva para sua prática e para o cuidado das crianças vítimas de abuso sexual.

Sofia se sente como uma agente de combate à violência contra crianças e adolescentes que tem trabalhado para reduzir os casos e contribuir com as realidades que chegam ao serviço. Percebe-se empenhada em contribuir com o Creas e com o público atendido, o que lhe desperta a sensação de que seu trabalho é gratificante, mesmo com as dificuldades encontradas. Nesse sentido, avalia que consegue atuar de forma positiva, porém aponta que muito ainda precisa ser feito para que este serviço possa ser realmente efetivo, principalmente diante das questões político-institucionais que atravessam sua prática.

6 PRÁTICAS PROFISSIONAIS ARTICULADAS

Como forma de tecer considerações acerca dos resultados encontrados e a literatura já existente sobre o objeto de estudo, tal como indicam Giorgi e Souza (2010), neste capítulo será apresentada a análise da *estrutura geral* e interlocuções com a literatura científica. A identificação do *sentido geral* de cada entrevista nos permitiu compreender que a experiência das profissionais de psicologia no Creas, frente ao acompanhamento das crianças vítimas de abuso sexual, indica como *estrutura geral* uma *prática articulada* com outros atores sociais, não sendo realizada de forma isolada.

A *prática articulada* no Creas caracteriza-se por ações conjuntas com outros setores que compõem o Suas e outras políticas públicas. A rotina das psicólogas tem sido marcada por atribuições como a realização de telefonemas para outros serviços e instituições associadas ao trabalho, elaboração de relatórios, realização de visitas domiciliares e institucionais, reuniões de equipe, solicitação de benefícios, além da tarefa consolidada de atendimento de vítimas e familiares. Essa *prática articulada* tem como objetivo garantir um adequado acompanhamento dos casos e, em última instância, enfrentar o abuso sexual infantil e possibilitar o acesso amplo a direitos.

A *prática articulada* não se limita ao atendimento da criança vítima de abuso sexual, pois envolve acompanhamento realizado junto a *família, equipe e rede* que potencializam a cobertura da rede socioassistencial. Tal estratégia, além de contribuir com o caso, favorece um trabalho participativo, com ações integradas e intersetoriais. Essa prática visa oferecer o suporte social às usuárias e suas famílias, enquanto articula para garantir o acesso a serviços e políticas, como saúde, educação, esporte e lazer, que fortaleçam o cuidado integrado à criança que sofreu violência.

Diante desse contexto, compreendemos que as profissionais têm direcionado sua prática para a busca de uma maior retaguarda e suporte para o atendimento, *articulando* para estabelecer trocas que favoreçam intervenções amplas que não se limitem apenas à individualidade da criança. Nossos achados estão em concordância com a análise de Silva e Osawa (2020) de que a entrada da psicologia no Suas potencializa a criação de novas possibilidades de ações que têm como fundamento a prática em rede. Trata-se de possíveis alterações na clássica psicologia, pois produz novos sentidos sobre sujeitos e as condições sociais.

Como forma de oferecer o cuidado à criança que sofreu violência, a prática nesse contexto tem motivado articulações com a política de saúde, para que a criança tenha acesso à psicoterapia, ao mesmo tempo em que acontece o acompanhamento do Creas e a articulação junto a outros setores e políticas que possam favorecer o cuidado socioassistencial. Anotamos, dentre outros, a articulação do Creas e demais serviços, como o de Fortalecimento de Vínculos (assumido e realizado pelos Cras), e projetos sociais existentes no território em diversos campos: educação, lazer e esportes, políticas que fortalecem o cuidado social oferecido pela rede socioassistencial. As articulações que garantem benefícios e serviços como suporte a criança, contribuem para que essas famílias e vítimas de violência saiam da situação de abuso sexual. Os esforços das profissionais são consonantes com o que preconiza a resolução do Conselho Federal de Psicologia (2020) quando aponta a necessidade de garantir acesso a benefícios e serviços que visam a diminuição da situação de risco e vulnerabilidade. A prática profissional *articulada*, portanto, atenta em garantir suporte social à criança para que consiga superar e sair da situação abusiva, envolvendo ações amplas e complexas.

A despeito da perspectiva ampliada de se considerar a criança como sujeito de direitos, a *prática articulada* entre família, equipe e rede mantém atenção a aspectos intrapsíquicos da vítima. As articulações realizadas no cuidado socioassistencial incluem encaminhamento à psicoterapia para que a criança supere a violência e tenha sua subjetividade cuidada. Nossas análises indicam que esse tipo de encaminhamento distancia-se de intervenções pautadas nos moldes da psicologia clínica tradicional, isto é, de centralidade em processos intrapsíquicos. Intervenções realizadas em psicologia clínica nos moldes tradicionais se desenvolvem a partir da relação entre profissional e pessoa atendida num ambiente que visa a realização de psicoterapia e/ou avaliação psicológica (OLIVEIRA, 2012), intervenções que não se mostram presentes no Creas.

A psicoterapia como mais um serviço articulado no acompanhamento dos casos pelo Creas, portanto, parece compor o quadro complexo de atenção ao caso de violência em questão, cuja contribuição é no fortalecimento da criança/família como sujeitos de direitos. No Creas, as práticas profissionais *articuladas* com a família, equipe e rede têm possibilitado intervenções que além de envolverem outros atores, lidam com a criança e seu entorno/contexto. O que merece destaque são os esforços em compreender o contexto da criança e da realidade social de forma ampliada. Por conseguinte, as intervenções são alinhadas e coesas entre as diversas profissionais do serviço, com contorno interdisciplinar e intersetorial. Este tipo de intervenção facilita os encaminhamentos e a comunicação entre as profissionais e demais setores.

Reconhecemos que essa dinâmica tem consolidado uma prática psicológica pautada no cuidado compartilhado e integral de usuárias e suas famílias.

Aprofundando detalhes sobre *prática articulada* junto à família, a estratégia de um trabalho integrado (psicólogas-família) favorece o vínculo entre o sistema familiar e o serviço, como também a adesão ao acompanhamento e o fortalecimento das usuárias que chegam ao Creas. A família é referenciada como parceira diante das ações que visam a proteção da criança. A *prática articulada* identificada em nossa investigação, portanto, é consonante com a Política que “prioriza a família como foco de atenção e o território como base da organização de ações e serviços” (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013, p. 11).

As articulações realizadas pelas profissionais têm possibilitado a criação de estratégias mais assertivas diante das demandas dos casos de abuso sexual e das possibilidades de atuação junto às famílias. Percebe-se que a prática das entrevistadas se alinha ao estudo de Mastroianni, Alves, Fernandes e Leão (2020) quando abordam a prática frente a violência sexual infanto-juvenil. Segundo as autoras, a atuação na política visa o estabelecimento do vínculo e da confiança no serviço, não intervindo a partir de perspectivas que buscam investigar a família, além de articular para inserir a criança em outros serviços e atividades, buscando assim sanar a violação.

Quando a família tem resistência em aderir ao acompanhamento, o atendimento é organizado para que se possa sensibilizar/conscientizar o sistema familiar acerca dos direitos, além de orientar a família sobre o que deve ser feito e realizar os encaminhamentos que possam ajudar na diminuição das resistências, buscando estabelecer um vínculo e uma boa articulação. As profissionais significam como resistência situações em que há dificuldades da família aderir ao serviço e se engajar no acompanhamento das vítimas. Essas questões são manejadas por ações como a acolhida, atendimento familiar e visitas domiciliares. Envolve também articulações e encaminhamentos para outros serviços da rede e inclusão em benefícios que possibilitem o fortalecimento da função protetiva da família e das usuárias que se encontram fragilizadas pela violência.

Quando as resistências permanecem a *prática articulada* se mostra desafiante, pois essa articulação também se dá na disponibilidade da família em se deslocar até os serviços, seguir as orientações da equipe, participar das intervenções e trabalhar conjuntamente para oferecer suporte à criança durante todo o processo de denúncia, cuidado e responsabilização do agressor. Diante desse contexto, em alguns casos, se faz necessário articular com o Ministério Público, para que consiga implicar a família no acompanhamento a partir de um aparato jurídico. A não

adesão da família ao serviço do Creas também é apontada como um desafio no estudo realizado por Campos, Santos e Portes (2019) que destacam aspectos como a vulnerabilidade social e o silêncio familiar como fatores que podem atravessar essa dificuldade em aderir ao serviço. A compreensão e análise das resistências envolvidas são esforços que compõem a *prática articulada* e favorecem que se crie intervenções mais coerentes com o contexto em que as resistências se estruturam, pois considera aspectos diversos e que se relacionam com a dinâmica da família, do contexto da violência, a relação entre seus membros.

Nesse campo, o acompanhamento psicossocial no serviço tem atuado visando a identificação das potencialidades e limites não só da vítima, mas também da família como um todo (LUZ, 2018). Compreendemos que a articulação entre família, equipe e rede se mostra potente na vivência das profissionais, pois tem possibilitado a realização de intervenções situadas, interdisciplinares e psicossocial (PEREIRA JUNIOR, 2014; AFONSO, 2011; LANE, 1989), que favorecem a prática empenhada no serviço diante dos casos de abuso sexual.

A *prática articulada* no Creas tem possibilitado intervenções em que as profissionais atuam em equipe e de forma interdisciplinar visando um entendimento ampliado dos fenômenos complexos que perpassam as usuárias da proteção social. Essas articulações favorecem ações complementares que consideram não só o contexto do sistema familiar, mas também da rede em que as usuárias se encontram, facilitando uma compreensão mais aproximada da realidade do território (LIMA; SCHNEIDER, 2018). A revisão bibliográfica empenhada por Florentino e Melo (2017) aponta que, historicamente, essas atribuições foram concebidas como de responsabilidade de assistentes sociais que atuavam na política. Em nosso estudo, ao contrário, foi possível perceber que as psicólogas reconhecem a atuação articulada, interdisciplinar e intersetorial como sua atribuição no serviço, o que demonstra que as entrevistadas têm conseguido romper com paradigmas já consolidados e posicionar seu papel no Creas.

A pesquisa de Florentino (2014) de revisão bibliográfica acerca do exercício profissional de psicólogas atuando em Creas, problematiza como limitante uma postura restrita aos fazeres da psicologia tradicional. O autor argumenta que no Creas as profissionais precisam dar conta de ações mais complexas, que se organizam a partir de articulações com a rede socioassistencial, estratégias interventivas interdisciplinares, encaminhamentos e acompanhamentos intersetoriais, atividades que demarcam o exercício profissional no serviço. Identificamos na *prática articulada* esta direção de atuação profissional, ao voltar-se para o atendimento da criança, mas também para a atuação numa realidade em que a questão social atravessa a população atendida, vulnerabilidade que se soma à violação de direitos,

demandando que as profissionais acionem articulações e a rede intersetorial enquanto lidam com as possibilidades e limites do território.

A *prática articulada* das entrevistadas permite que sejam realizadas ações conjuntas que considerem os diversos campos de saberes, contextos e atores sociais que possam auxiliar no momento da intervenção. Entendemos que as práticas das profissionais têm se organizado como uma “ponte” entre usuárias, família, equipe e rede socioassistencial, visto que as profissionais têm facilitado o acesso e comunicação entre serviços que possibilitam um trabalho integrado entre os equipamentos da rede (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020). Nesse campo, as profissionais consideram a realidade do território e das usuárias e viabilizam a comunicação entre os diversos setores, pautando uma prática contextualizada em que as intervenções visam a participação ativa das usuárias na prática e no acompanhamento realizado no serviço.

Identificamos também na *prática articulada* das profissionais no Creas esforços para lidar com o território e a rede, além da realidade da criança e família. As psicólogas consideram as especificidades dos diversos atores sociais, o contexto em que se dá a atuação no serviço para orientar sua prática e as articulações, seja nos encaminhamentos ou identificação do suporte social necessário. Ainda que não tenha sido uma experiência referida como rotina por parte das participantes do estudo, reuniões de rede, por exemplo, possibilitam a construção de um espaço de articulação em que o planejamento e execução das ações seja criado junto aos equipamentos da rede e seu território (MOREIRA; MULLER; CRUZ, 2012). Esses aspectos demonstram o quanto a *prática articulada* no serviço também se dá na comunicação e na cobrança que outros setores façam seu papel.

As profissionais têm buscado estratégias para estabelecer uma *prática articulada* junto a outros setores que possam ofertar uma maior retaguarda, por meio de trocas e ações conjuntas que favoreçam um trabalho amplo e mais consistente em benefício das crianças vítimas de violência. Perspectiva distante da encontrada nos estudos de Silveira et al. (2018) que aponta práticas fragmentadas e segmentadas, principalmente devido ao pequeno quantitativo de profissionais na equipe, que termina por não favorecer a interdisciplinaridade e articulação, caracterizando um trabalho em que cada categoria atua isoladamente em sua “ilha”.

Até o momento explicitamos a desenvoltura das profissionais no acompanhamento dos casos acolhendo as vítimas, trabalhando pelo engajamento das famílias, construindo estratégias diversas junto à equipe e demais equipamentos da Rede, cujo impacto é a proteção das crianças como sujeitos de direitos. Abordaremos a seguir um aspecto da *prática articulada* que chama atenção pela diferença de *performance* das profissionais em relação à atenção aos casos. Trata-

se da relação das psicólogas com a gestão do Creas e por gestão referimos desde a dinâmica do funcionamento do serviço até a política a qual está vinculado, cuja experiência é marcada por impotência. Discorremos sobre os dois aspectos da rotina das psicólogas que se apresentaram com manejo comprometido por parte das profissionais: ação do Creas na direção de garantia de direitos e superação de vulnerabilidades sociais e não do assistencialismo; as frágeis condições de trabalho no Creas.

A forma como a gestão tem direcionado e estruturado o serviço é avaliada pelas entrevistadas como assistencialista, em algumas situações, cujas ações realizadas pelo Creas distanciam-se da perspectiva do direito garantido constitucionalmente. Um dos impactos negativos da postura da gestão na proteção das vítimas é explicitado pela ausência de retaguarda institucional da rede. As profissionais terminam por trabalhar com recursos escassos e precisando dar conta de várias frentes, por vezes assumindo responsabilidades de outros serviços. A falta de retaguarda e de recursos podem resultar em processos de acolhimento institucional da criança vítima de violência em unidades de abrigamento, diante da impossibilidade de outras estratégias de intervenção além da institucionalização.

As profissionais têm empenhado uma análise crítica quanto às atribuições do Creas e demais serviços na *prática articulada*, desenvolvendo intervenções situadas, coerente com a realidade da criança e com as funções dos equipamentos disponíveis na rede. Porém, quando se refere aos desafios vividos na relação com a gestão e dificuldades de recursos, as profissionais parecem assumir um tom de queixa, sem um aprofundamento analítico da realidade. As práticas nesta perspectiva são marcadas pela ausência de desenvoltura das profissionais, referida anteriormente, quando do acompanhamento das vítimas. Nesse campo, análises críticas não acontecem, sendo presente apenas reflexões superficiais que aparentam limitar as práticas profissionais das psicólogas. Por isso associadas como queixa e, por conseguinte, impossibilitam estratégias criativas de intervenção frente às críticas formuladas.

Associamos as críticas quanto ao assistencialismo da gestão à ausência de ações (junto à população) que problematize a situação de vulnerabilidade social das usuárias. Vimos nos esforços para acompanhamento das vítimas o reconhecimento do contexto social mais amplo em suas diversas dimensões caracterizando a vida das crianças, mas não identificamos ações específicas com foco na transformação dessa situação de vulnerabilidade social. As reflexões das psicólogas entrevistadas parecem ficar reduzidas a pontuar a indevida postura assistencialista do serviço e a explicitar suas expectativas de contribuir mais com as famílias atendidas.

Compreendemos que essa reflexão se alinha à proposta por Yamamoto (2012) quando aponta a necessidade de se construir um projeto ético-político que consiga orientar as profissionais de psicologia para propor ações que vão além de um viés individual. As participantes de nossa pesquisa indicam esforços em atuar em consonância com esse projeto, pois articuladas com outras categorias profissionais e demais serviços socioassistenciais tem conseguido favorecer uma prática profissional situada no contexto social em que as usuárias se encontram.

Ainda que a *prática articulada* no Creas tenha se configurado de um modo situado à realidade da família e do território, não identificamos as profissionais envolvidas em

Ação política como cidadão, [e] ser co-participante de um projeto ético-político que se articule com projetos societários mais amplos (...) que apontem a transformação estrutural da sociedade capitalista - e não a sua manutenção (YAMAMOTO, 2012, p. 15).

Gonçalves (2015) também debate a questão ao apontar a necessidade de intervenções contextualizadas aos aspectos históricos e sociais ao intervir frente à desigualdade social vivida pelas famílias. Diante da desigualdade social a análise crítica aparenta não ser presente nas intervenções da gestão, pois esta não realiza ações com foco em mudar a realidade atravessada pela vulnerabilidade social, mantendo assim ações de cunho assistencialista.

Outro aspecto que merece nossa atenção é a fragilidade das condições de trabalho no Creas, que envolve diversas dimensões. A falta de recursos materiais para realizar as tarefas cotidianas, como visitas, e dificuldades nos encaminhamentos para outros equipamentos da rede. A rede tem se mostrado fragilizada e com poucas possibilidades de absorver as demandas presentes na realidade das profissionais que lidam com a ausência de telefone, carro, gasolina, entre outros recursos necessários ao trabalho. Nosso achado é semelhante aos desafios apontados por Ribeiro (2010), mesmo já tendo passado uma década de seu estudo, de condições deficitárias de trabalho de psicólogas no Suas.

Dificuldades físicas e de infraestrutura vividas no Creas também foram encontradas no estudo transversal (entre 2010 e 2015) de Pauli, Traesel e Siqueira (2019). As profissionais assumiam responsabilidades como a limpeza e manutenção de produtos básicos para o funcionamento do serviço, como papel higiênico, diante da ausência de recursos materiais. Esta realidade mobilizou sentimentos de impotência, além de desgaste físico, emocional, insatisfação, dentre outros, acerca do trabalho realizado. Adoecimento das profissionais foi identificada neste estudo.

Diferentemente do encontrado por Pauli, Traesel e Siqueira (2019) cujas precárias condições de trabalho acarretaram adoecimento e estresse nas profissionais, em nossa pesquisa

as psicólogas entrevistadas não relatam episódios de adoecimento, mas as sensações de impotência e frustração comentadas parecem ser resultantes desse contexto desafiante. Quando se trata das limitações impostas pela gestão nas condições de trabalho a que estão submetidas, não identificamos o mesmo *movimento de buscar saídas* por parte das profissionais.

Duarte e Areosa (2020) ao entrevistar psicólogas de Cras e Creas identificaram que a gestão se mostra como um “atravessamento” que interfere diretamente no funcionamento e organização do trabalho desenvolvido no serviço. Em nosso estudo, a experiência das profissionais diante das questões de gestão é caracterizada como dificuldade intransponível e desperta sensação de frustração e impotência. Mesmo sendo referido como um trabalho gratificante, as psicólogas reconhecem que sem recursos a política de assistência social e o serviço se mostram insuficientes para favorecer as articulações necessárias em benefício das vítimas.

As reflexões críticas em torno da gestão parecem *garantir* o acompanhamento das crianças usuárias do Creas, pois as psicólogas referem diversas iniciativas de suprir faltas institucionais em relação a esta tarefa. Entretanto, quando diante da própria condição de trabalhadoras no Creas, as análises das psicólogas não são aprofundadas e, por conseguinte, não se traduzem em práticas para transformar a referida condição. Estamos diante de uma significativa experiência profissional das psicólogas na relação com o seu trabalho, marcada pelo que ousamos caracterizar de *imobilização*.

Nesta direção é importante discutir a fragilidade dos vínculos empregatícios. Este conteúdo não estava em nossas formulações iniciais da pesquisa, tanto que as informações sobre quantos vínculos a participante possuía foram tratadas como dados de identificação. Mas o assunto aparece de forma expressiva no relato das profissionais. Ainda que se esforcem para oferecer um trabalho de qualidade às usuárias, quando se trata das próprias condições de trabalho, as profissionais acabam não recebendo a devida atenção. Nesse campo, as profissionais atuam sem direitos trabalhistas totalmente assegurados, como também por meio de vínculos empregatícios fragilizados e vulneráveis. A discussão que fazemos da situação concentra atenção ao que acolhemos das participantes da pesquisa como precarização do trabalho de psicólogas em Creas. Além dos escassos recursos materiais já discutidos, contratos temporários, equipes reduzidas e a rotina das profissionais com mais de um vínculo de trabalho caracterizam as condições de trabalho, o que pode estar dificultando a busca por saídas criativas que transformem essa realidade.

Segundo o estudo realizado por Santos (2020), no ano de 2017 a assistência social contava com 64,85% de profissionais temporários. Essa percentagem reflete o quanto a política

ainda tem sido estruturada por profissionais contratados, o que vai de encontro com o estabelecido nas suas normativas. Diante dessas condições, as entrevistadas no estudo de Pauli, Traesel e Siqueira (2019) buscavam conciliar a atuação na assistência com outro emprego como forma de garantir uma mínima segurança frente a instabilidade do vínculo empregatício e as frágeis condições de trabalho.

As participantes da nossa pesquisa referem que muitos dos problemas de gestão refletem o processo de desinvestimento governamental na assistência social. A alternância do executivo municipal pode, em algumas realidades, levar à substituição das trabalhadoras do Creas, pois entram profissionais por meio de novos contratos e cargos comissionados, o que favorece que a política se perca e se reconfigure a depender da perspectiva do grupo político eleito. As pesquisas de Chimainski et al. (2016) e de Ribeiro et al. (2014) encontraram resultados semelhantes quanto à descontinuidade do trabalho e ações na assistência social reduzidas a interesses políticos locais e não consonantes com a política nacional.

No estudo realizado por Ribeiro et al. (2014) os relatos das psicólogas entrevistadas denunciavam que a operacionalização das ações socioassistenciais dependia da “boa vontade” da gestão municipal, que às vezes não se mostrava alinhada ao que a política de assistência social propõe. O que sugere que a assistência social ainda não se encontra posicionada na agenda governamental enquanto política pública, mesmo sendo um direito garantido constitucionalmente. Compreendemos que não apenas as usuárias têm direito de acesso à política, mas também as profissionais que nela trabalham, visto que estas têm direitos trabalhistas e, inclusive, à reivindicação de condições adequadas de trabalho. Nesse campo, Santos (2020) refere que a precarização do trabalho e das trabalhadoras do Suas terminam por reverberar na própria precarização da política.

Em nosso estudo, as profissionais entrevistadas até reconhecem a política e as condições de trabalho oferecidas pela gestão como precarizadas, mas aparentam não aprofundar análises sobre a situação. Além disso, mesmo sendo presente na fala das profissionais, essas reflexões não assumem fôlego na perspectiva de mobilizar ações que transformem esta realidade. O que pode ser indicativo de uma prática profissional que ainda vem construindo estratégias de manejo diante de aspectos da dimensão político-institucional que envolve a rotina de trabalho.

Cordeiro e Sato (2017, p. 43) apontam que mesmo o trabalho sendo um objeto de estudo da psicologia, “os psicólogos raramente problematizam suas próprias condições de trabalho”. A precarização na assistência social é caracterizada pela terceirização do trabalho cujos vínculos empregatícios são frágeis, indicam as autoras. No estudo em tela, que entrevistou seis profissionais, conclui-se que a terceirização favorece a falta de pertencimento à política, como

também a ausência de uma perspectiva de carreira. As profissionais entrevistadas se encontravam tão sobrecarregadas diante do trabalho que afirmavam não conseguir questionar o que é realizado na prática e o que pensam política e socialmente sobre as atividades. Nosso estudo confirma que psicólogas no campo da assistência social têm vínculos instáveis, e, por conseguinte, seguem com “prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 19); ainda convivemos, portanto, com a desprofissionalização do trabalho da psicologia.

Ilustramos este ponto do debate com a situação identificada pelas participantes da nossa pesquisa diante de colegas de equipe que expressam desconhecer as atribuições de outros serviços da rede. As entrevistadas referem que precisam recorrer a normativas da política para que possam sensibilizar e cobrar uma postura coerente e ativa da equipe e/ou de demais serviços da rede. Isso sugere que as profissionais terminam por *dar conta* da tarefa esperada do empregador, de treinar, atualizar, capacitar as trabalhadoras para o trabalho. A capacitação continuada, como responsabilidade da gestão, parece não ser analisada com profundidade pelas entrevistadas.

Concordamos com Pereira e Guimarães (2017) que, no âmbito da assistência social, as ações devem ser realizadas de forma dialética e intersetorial, cuja prática demanda capacitação continuada. Aspecto que se alinha ao encontrado por Ribeiro et al. (2014) cujas entrevistadas pelas autoras sugerem a instrumentalização da equipe, o apoio e fiscalização da gestão estadual e municipal, assim como a necessidade de maiores articulações entre serviços, como aspectos que podem contribuir para o trabalho das psicólogas diante das condições que vivenciam no serviço.

É digno de nota que a formação acadêmica merece ser revisitada no sentido de qualificar psicólogas em formação para a prática na assistência social e a problematizar suas próprias condições de trabalho. Cordeiro e Curado (2017) identificam a pouca quantidade de conteúdos acerca da assistência social como uma lacuna da formação em psicologia, que pode gerar angústia e insegurança na atuação das profissionais. Nesse campo, Cordeiro e Curado (2017) apontam a relevância da formação também considerar “a dimensão política da gestão, a cultura e a história na qual nossa atuação acontece”. Compreendemos que a formação não envolve apenas capacitação teórica e técnica, mas deve trabalhar na direção da conscientização da própria classe para desenvolver o trabalho na política de assistência social (RIBEIRO; GUZZO, 2014).

Consideramos que esses aspectos que envolvem a formação são preocupantes e merecem atenção tanto de gestores municipais quanto de instituições de ensino. Sugerimos que

novas pesquisas sejam realizadas na direção de consolidar conhecimentos em torno dos aspectos aqui discutidos: formação graduada para atuação no Suas; análise e manejo das próprias condições de trabalho a que estão submetidas psicólogas no Creas. Investigações sobre *o que se passa* com as psicólogas diante das precárias condições de trabalho podem elucidar processos que sustentam o que temos chamado de pouca desenvoltura neste aspecto das práticas profissionais. A título de exemplo, referimos a pesquisa de Silva (2018) que investigou a atividade criativa no contexto do trabalho com poucos recursos disponíveis⁶.

⁶ Agradecemos a Jaqueline Carla da Silva, pela Comunicação Oral, sobre sua pesquisa de Mestrado, na Reunião de Orientação Coletiva no PPGPsi, em 8 de outubro de 2021.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da prática psicológica em Creas diante dos casos de abuso sexual infantil nos permitiu compreender que a atuação da psicologia nesse contexto tem se organizado a partir de uma *prática articulada* junto a atores sociais como a família, equipe e a rede intersetorial. A partir das entrevistas, podemos compreender que cada profissional significa alguns aspectos para orientar a prática, como a família, a política ou a realidade vivenciada no serviço. Porém, mesmo existindo sentidos singulares, as profissionais compartilham de uma experiência comum, a *prática articulada*, e tem como foco de atuação o benefício da criança atendida, independente para quem ou quais atores a intervenção se destina.

As profissionais têm experienciado a atuação no Creas a partir de intervenções amplas e que consideram o contexto do território, da família e do serviço, construindo assim possibilidades de intervenções que favoreçam o suporte socioassistencial da criança e da família atendida. Aspectos que se mostraram relevantes para a compreensão da *prática articulada* realizada pelas profissionais, como também as possibilidades de atuação diante desses casos de abuso sexual infantil no serviço. A partir da experiência das entrevistadas, podemos perceber que as profissionais têm realizado uma *prática articulada* em que analisam criticamente a realidade das usuárias e família, atuando de forma situada e contextualizada levando em conta o contexto de usuárias, sua família e comunidade. Postura diferente identificamos quando abordam as condições de trabalho às quais estão submetidas, com indicações de significativos diagnósticos sobre a política e a gestão, mas ausência de reflexões aprofundadas sobre como posicionar-se e modificar esta realidade.

Destacamos a importância de criar estratégias de intervenções articuladas em que a família seja diretamente implicada e posicionada como parceira no processo, seja no planejamento, execução e avaliação das intervenções, evitando-se assim ações que se fundamentam em perspectivas particularizantes e individualizantes da realidade. Em nosso estudo, identificamos que a psicologia no Creas tem conseguido intervir de forma ampla frente as usuárias atendidas, rompendo com práticas individualizantes por meio de um trabalho articulado, que tem contribuído para o cuidado socioassistencial e possibilitado avanços no acompanhamento por parte do serviço.

Compreendemos que os desafios encontrados no processo de operacionalização dessa *prática articulada* ainda são reflexos da histórica construção da assistência social, embasada em ações de cunho paternalista e fragmentadas, mas também envolvem o atual contexto

macrossocial, que tem favorecido cortes recorrentes e dificuldades quanto aos recursos disponíveis para as intervenções nas políticas públicas. Aspectos que se mostram preocupantes e merecem novos esforços em realizar pesquisas que possibilitem refletir acerca das possibilidades de transformação desses desafios, como também seus impactos para a prática da psicologia no Creas, como a ausência de recursos e a precarização dos vínculos empregatícios das profissionais.

A fragilização das políticas sociais tem sido reforçada desde o início do governo Bolsonaro, em 2018, que tem continuado com a redução do investimento na assistência social. Após a eleição de Bolsonaro como presidente, Costa (2019) aponta que o recurso a ser repassado para os serviços socioassistenciais indicado na Proposta de Lei Orçamentária Anual (Ploa), de 2019, teve um corte de 49,48%, metade do sugerido na Proposta. Entendemos que esse contexto merece atenção, pois fere diretamente a garantia do direito à proteção social, oferecida pelos diversos setores das políticas sociais, e com o manejo das articulações e encaminhamento necessários. Em nossa perspectiva, os cortes empenhados por este governo se configuram como mais um desafio a serem superados, pois favorecem o retrocesso de direitos e das políticas sociais.

A redução de recursos também reverbera nas profissionais da política, pois mesmo sendo estabelecido na NOB-RH/Suas (2006) que a contratação deve ser realizada via concursos públicos e que a quantidade de profissionais deve ser coerente com a necessidade do serviço, nota-se que a força de trabalho para a *prática articulada* é escassa e os contratos temporários ainda são maioria. A mudança dessa realidade não parece estar sendo objeto de ação da gestão da assistência social, mesmo sendo responsável por estruturar, coordenar e operacionalizar a rede socioassistencial em âmbito municipal (LOPES; DAL PRÁ, 2020).

Compreendemos que os cortes de recurso destinados à assistência têm potencializado as frágeis condições de trabalho e precarização dos vínculos empregatícios das profissionais. Aspectos que demandam do setor público e da gestão ações que possam identificar as reais condições de trabalho para as psicólogas, e que podem ser entraves para a consolidação de uma prática profissional articulada. Destacamos a importância de se empenhar estudos que possam compreender a relação entre profissionais e gestão/política, que visam contribuir com indicações sobre o desafio de formulação de projeto ético-político para a profissão.

Em nosso estudo, não identificamos práticas particularizantes, como a psicoterapia, mesmo esta sendo relatada pelas profissionais como existente em Creas de outros municípios. A princípio tínhamos como proposta realizar a pesquisa em seis municípios da RMR, mas com as problemáticas que surgiram com a pandemia de Covid-19, das 14 cidades, apenas duas

retornaram nosso contato. Portanto, sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas visando compreender a *prática articulada* junto as crianças vítimas de abuso sexual no Creas não só na Região Metropolitana, mas também em outras cidades e regiões, visto que se trata de territórios com características diversas.

Esperamos que novos estudos sejam realizados na perspectiva de contribuir para o fortalecimento da atuação de psicólogas no âmbito de políticas públicas, frente a casos de abuso sexual infantil. Estudos que considerem estes casos como violação de direitos e ampliem as possibilidades de contribuições da psicologia no cuidado às vítimas, incluindo a defesa de seus direitos como expressão da sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia Miranda *et al.* A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. **Pesquisas e práticas psicossociais**. v. 7, n. 2, p. 189-199, 2012.
- AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 445-464, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 de set. de 2020.
- AMATUZZI, Mauro Martins. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de psicologia**, v. 13, n. 1, p. 5-10, 1996.
- ANDRADE, Celana Cardoso. **A vivência do cliente no processo psicoterapêutico: um estudo fenomenológico em Gestalt-terapia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/50996600/celana-cardoso-andrade-gestalt-terapia>>. Acesso em: 03 de Jan. de 2020.
- ANDRADE, Celana Cardoso; HOLANDA, Adriano Furtado. A pesquisa qualitativa e a pesquisa fenomenológica. *In*: ANDRADE, C.; HOLANDA, A. **Sentidos da psicoterapia: teoria e prática da Gestalt-terapia**. Curitiba: Juruá, 2019, p. 23-42.
- AUGUSTO, Hesly Silva dos Santos *et al.* Atuação do psicólogo em casos de abuso sexual infantil. **Revista de trabalhos acadêmicos – Universo/ Goiânia**, v. 2, n. 3, 2017.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. O Compromisso Social da Psicologia: contribuições da perspectiva sócio-histórica. **Psicologia em foco**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2008.
- BOECHAT, Filipe Milagres. A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. especial, p. 57-70, 2017.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges *et al.* A naturalização da Desigualdade na Assistência Social: dimensão subjetiva do “nó” consubstancial. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, p. 7-29, 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9603.htm>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em 15 de Dez de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde:** um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Nº 27** – Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/Suas.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** – NOB-RH/Suas. Conselho Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília, 2011.

CAMPOS, Bianca Cássia dos Santos; SANTOS, Isabelli Laís; PORTES, João Rodrigo Maciel. A atuação do psicólogo no Creas com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no vale do Itajaí/SC. **Revista Psicologia em Foco Frederico Westphalen**, v. 11, n. 16, p. 2-18, 2019.

CARMO, Patrícia Soares; SAGAZ, Valéria Rossi. **A atuação do Psicólogo e Resiliência em Crianças Vítimas de Violência Sexual Intrafamiliar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade Sant'ana, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/tcc>>. Acesso em: 7 de set. de 2021.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

CHIMAINSKI, Carina *et al.* Atuação do (a) profissional de psicologia em sistemas de proteção social brasileiros. **Mudanças-Psicologia da Saúde**, v. 24, n. 1, p. 55-63, 2016.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 2019, p. 129-160, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Prática de Psicólogos (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas**. 1.^a Ed. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na rede de proteção as crianças e adolescente em situação de violência sexual**. 2.^a Ed. Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/2005**. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

CORDEIRO, Mariana Prioli. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 3, p. 166-183, 2018.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: Um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SATO, Leny. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 41-52, 2017.

COSTA, Lucia Cortes. A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. In: LEITE, A. Z. *et al* (Orgs.). **Brasil: incertezas e submissão?**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 271-291, 2019.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. A questão social na psicologia social: uma revisão da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse?. **Serviço social & Sociedade**, n 124, p. 665-677, 2015.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. **A ação do psicólogo na assistência social: interiorização da profissão e combate à pobreza**. 2013. Tese (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17400/1/CandidaMBD_TESE.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2020.

DUARTE, Nívia Arlete Souza; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 9, n. 2, pág. 150-161, 2020.

FARAJ, Suane Pastoriza; SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 727-741, 2016.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis Vozes, 1991.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 59-70, 2014.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo; MELO, Walter. A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-12, 2017.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho; FRANCISCO, Ana Lúcia; RIOS, Luís Felipe. A instrução e a relação como modos de aconselhamento em HIV/Aids. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 989-1004, 2013.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. **Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3151/1/tese_447.pdf>. Acesso em 03 de Jan. de 2020.

GIORGI, Amedeo; SOUZA, Daniel. O método fenomenológico de investigação em psicologia. In: GIORGI, A.; SOUZA, D. **O método fenomenológico de intervenção em psicologia**. Lisboa: fim de século, 2010, p. 73-135.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A dimensão subjetiva da desigualdade social: questões metodológicas e implicações práticas. In: BOCK, A. M. B.; BARROSO, L. M. O.; DIEHL, R.; MORTADA, S. P. (Orgs.). **Práticas e saberes psi: os novos desafios à formação do psicólogo**. Florianópolis: ABRAPSO: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015, p. 65-84.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1, p. 60-71, 2016.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Consciência/ alienação: a ideologia no nível individual. In Lane, S.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, Aluísio Ferreira; CIAMPA, Antonio da Costa; ALMEIDA, Juracy Armando. Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Revista Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 223-236, 2009.

LIMA, Fabiani Cabral; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Características da atuação do psicólogo na proteção social especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 347-362, 2018.

LINS, Raiza Cicera Soares; LIMA, Ana Karina Moutinho. Construção de sentidos da experiência de estágio supervisionado em clínica: um estudo de caso. Recife, 18 p. 2016. Trabalho não publicado.

LOLATTO, Simone. Impactos das contrarreformas nos direitos sociais observando os recortes de classe, gênero, raça/etnia. **Libertas**, v. 19, n. 1, 2019.

LOPES, Analú dos Santos; DAL PRÁ, Keli Regina. A previsão da articulação da rede socioassistencial a partir dos dispositivos normativos legais da Assistência Social. **Sociedade em Debate**, v. 26, n. 3, p. 110-130, 2020.

LUZ, Rafael Reis. A construção de saberes e práticas em Psicologia no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Guapimirim, Rio de Janeiro. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 337-355, 2018.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. Ética en psicología (1980). **Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 6, p. 491-531, 2015.

MARTIN-BARÓ. Hacia una psicología de la liberación. **Psicología sin fronteras: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria**, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.

MARTIN-BARÓ. La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. **AVEPSO Boletín**, v. 8, n. 3.9, 1985.

MARTIN-BARÓ. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MASTROIANNI, Fábio de Carvalho *et al.* Violência sexual infantojuvenil: contribuições e responsabilidades dos profissionais de psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 12, n. 1 supl, p. 40-62, 2020.

MEDEIROS, Ana Paula. O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 54-62, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 Ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso social da psicologia e Sistema Único de Assistência Social: possíveis articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 349-362, 2017.

MISSAGGIA, Juliana. A noção husserliana de mundo da vida (Lebenswelt): em defesa de sua unidade e coerência. **Trans/Form/Ação**, v. 41, n. 1, p. 191-208, 2018.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o serviço social crítico. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, 2006.

MOREIRA, Etiane Pereira; MULLER, Edi Lurdes; CRUZ, Lilian Rodrigues. Centro de Referência Especializado da Assistência Social: pesquisa-intervenção na rede de proteção à infância e adolescência. **Barbarói**, n. 36, ed. especial, p. 70-82, 2012.

NEPOMUCENO, Léo Barbosa *et al.* Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 456-464, 2008.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no Suas. *In*: CRUZ, L.; GUARESHI, N. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 35-51.

OLIVEIRA, Martina Daolio; SEI, Máira Bonafé. Abuso sexual e as contribuições da psicologia no âmbito Judiciário. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 41, p. 4-22, 2014.

OLIVEIRA, Taiana; ALVES, Ismael Gonçalves. Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, v. 7, n. 2, 2020.

OLIVEIRA, Vanessa Cristina; SARTORI, Cássia Maria Tasca Duarte. Um olhar sobre o abuso sexual infantil. **Cadernos de psicologia**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, 2019.

PAIVA, Andrea Barreto *et al.* **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica, n. 27). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_27_disoc.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2020.

PAULI, Cassiele Gomes; TRAESEL, Elisete Soares; SIQUEIRA, Aline Cardoso. A precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Práticas de profissionais de psicologia em situações de abuso sexual. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 51-67, 2015.

PEREIRA, Camila de Alencar *et al.* Validação da Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) no contexto brasileiro. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 145-158, 2019.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; GUIMARÃES, Simone de Jesus. Contribuições para refletir acerca da Intersetorialidade no âmbito das políticas sociais: abordagens conceituais sobre o tema. *In*: TEIXEIRA, S. M.; MACEDO, J. P. S. (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 185-204.

PEREIRA-JUNIOR, Marcelo Gomes. **A atuação da Psicologia no Suas: um enfoque no Creas, em seus desafios e potencialidades**. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.

QUEIROZ, Maria Alice. A Gestalt-Terapia na clínica ampliada. *In* FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **A clínica, a relação terapêutica e o manejo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2015. p. 163-180.

QUINTAL, Maria de Fátima. Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, Montevideo, v. 6, n. 1, p. 131-163, 2016.

RIBEIRO, Adriana Barbosa *et al.* Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 461-478, 2014.

RIBEIRO, Adriana Barbosa. **O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/17487>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza; CRUZ, Lílian Rodrigues. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. (Orgs.). **Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 11-22.

SANTOS, Camila; MOTTA, Roberta Fin. O fazer psicológico e o perfil do usuário em um Centro de Referência de Assistência Social (Cras). In: ACCORSSI, A.; BOUSFIELD, A. B.; GONÇALVES, H. S.; AGUIAR, K.; GUZZO, R. (Orgs.). **Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia**. Florianópolis: Abrapso: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015. p. 197-221.

SANTOS, José Whellison Brito. Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da política de assistência social. **Ser Social: estado, democracia e saúde**, Brasília, v. 22, n. 46, 2020.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2009.

SENA, Cláudia Alves de; SILVA, Maria Arleide da; FALBO NETO, Gilliat Hanois. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012-2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1591-1599, 2018.

SILVA, Gabriele Ponciano. Hegemonia neoliberal no Brasil: implicações para política de assistência social. **Temporalis**, v. 20, n. 39, p. 57-69, 2020.

SILVA, Jaqueline Carla da. **Para além da atividade prescrita: processo criativo de sujeitos com transtorno mental em contexto de trabalho**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32909>>. Acesso em: 8 de out. 2021.

SILVA, Lília Penha Viana *et al.* Conservadorismo na assistência social: impactos sobre a região nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/418/409>>. Acesso em 16 de set. de 2020.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 247-256, 2016.

SILVA, Rafael Bianchi; OSAWA, Rafaela Naomi Takahashi. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. **Psicoperspectivas**, v. 19, n. 2, p. 1-13, 2020.

SILVA, Roberta Araujo; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Adolescência e o traumático: sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 3, p. 92-103, 2017.

SILVEIRA, Claudia Winter *et al.* O fazer profissional no CREAS: ilhas, travessias e descaminhos possíveis. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 246-264, 2018.

SOARES, Elaine Maria Rosa *et al.* Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Interdisciplinar**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 87-96, 2016.

SOLON, Avrairan Fabrícia Alves. **Desafios da trajetória da psicologia nos Centros de Referência de Assistência Social-Cras**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26967>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

TAFFARELLO; Ingrid Matzembacher; ANSARA, Soraia. A pobreza como porta de entrada: análise biopolítica das práticas no CRAS. In: ACCORSSI, A.; BOUSFIELD, A. B.; GONÇALVES, H. S.; AGUIAR, K.; GUZZO, R. (Orgs.). **Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia**. Florianópolis: Abrapso, 2015. p. 197-221.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

VIEIRA, Érico Douglas; MEIRA, Fernanda Silva. A perspectiva da clínica ampliada no espaço do CRAS: um relato de experiência. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 1, n. 14, 2013.

XIMENES, Verônica Moraes *et al.* Pobreza e suas implicações psicossociais. In: ACCORSSI, A.; BOUSFIELD, A. B.; GONÇALVES, H. S.; AGUIAR, K.; GUZZO, R. (Orgs.). **Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia**. Florianópolis: Abrapso, 2015. p. 149-176.
YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. especial, p. 6-17, 2012.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 9-24, 2010.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “Práticas profissionais de psicólogas em Creas no âmbito do abuso sexual infantil”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Raiza Cicera Soares Lins, no endereço: Av. da Arquitetura s/n - 7º Andar do CFCH-UFPE, Grupo de Estudos Frestas - Departamento de Psicologia, CEP: 50740-550. Tel.: (81) 2126-8271, Cel.: (81) 98504-3444 e e-mail: raiza_cicera@hotmail.com. A pesquisa está sob a orientação da Profa. Dra. Wedna Cristina Marinho Galindo, Cel.: (81) 99972-0312 e e-mail: wedna.galindo@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Solicitamos que leia atentamente todas as informações contidas neste TCLE que foi enviado para você por meio virtual (e-mail ou Whats App). Caso tenha alguma questão que precise abordar antes de decidir se participará, poderemos conversar por telefone e esclarecer as questões. Apenas quando estiver esclarecida, solicitamos que nos envie de volta este TCLE com o campo referente ao seu Consentimento (página 3), devidamente marcado. Orientamos arquivar sua via do TCLE.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** Este estudo tem como objetivo compreender as práticas profissionais de psicólogas que atuam no Creas, no acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil. Nesta pesquisa serão realizadas entrevistas com profissionais de psicologia que atendam esses casos nos Creas da Região Metropolitana do Recife. Após a transcrição das entrevistas, os dados serão analisados, preservando-se o sigilo e a identidade da/do participante.
- **Período de participação do voluntário na pesquisa:** A entrevista será agendada após o consentimento de participação expresso nesse termo e acontecerá num único momento, de forma remota, que pode durar, em média, quarenta minutos. Orientamos que a/o participante defina um espaço que garanta seu conforto e permita a privacidade, no local em que estará, no momento da entrevista.

- **RISCOS:** Esta pesquisa oferece o risco de desconforto e constrangimento aos participantes, assim como em qualquer interação humana. Porém, caso o relato acerca da sua prática e o processo de estar sendo entrevistada traga maiores desconfortos, a pesquisadora psicóloga poderá realizar um breve acolhimento e encaminhar a participante a um serviço de apoio psicológico.
- **BENEFÍCIOS:** A pesquisa não traz benefícios diretos aos participantes, mas contribui para a produção de saberes acerca do trabalho da psicologia dentro dos Creas, que auxilia para um melhor entendimento de como a política tem se estruturado na Região Metropolitana do Recife. Além de permitir maiores compreensões acerca da política, da prática destes profissionais nesse campo de atuação ainda em construção e para um melhor atendimento as crianças em situação de violência e demais usuários que utilizam o serviço.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, através de entrevistas, ficarão armazenados em CD, sob a responsabilidade da pesquisadora Raiza Cicera Soares Lins, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br.**

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Tendo em vista os termos apresentados no TCLE e, após ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, eu, de forma

livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

- () Concordo em participar da pesquisa
- () Não concordo

APÊNDICE B - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE PESQUISA EM ANDAMENTO

Este documento tem como objetivo esclarecer sobre a Pesquisa de Mestrado em andamento. Com ele, espera-se obter a CARTA DE ANUÊNCIA das Instituições que desejarem colaborar com o estudo. Essa colaboração é restrita à participação de psicólogas atuando em CREAS, cedendo uma entrevista.

Detalhes da Pesquisa:

Título: Práticas Profissionais de psicólogas em CREAS no âmbito do abuso sexual infantil;

Pesquisadora-Mestranda: Raiza Cicera Soares Lins;

Profª Orientadora: Wedna Cristina Marinho Galindo;

Instituição: UFPE – Programa de Pós-Graduação em Psicologia;

Campo da Pesquisa: CREAS

Participantes: psicólogas com experiência de acompanhamento em casos de abuso sexual infantil.

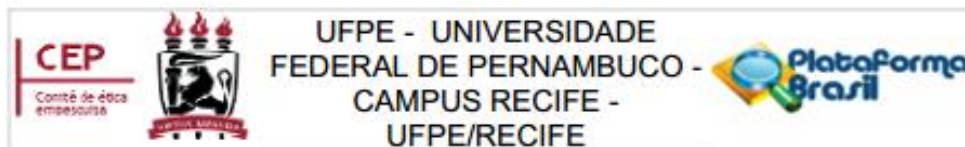
Participação: entrevista com duração média de 50 minutos

Objetivo: Compreender as práticas profissionais realizadas por psicólogas em CREAS da Região Metropolitana de Recife na abordagem do abuso sexual infantil.

Como forma de atender ao objetivo desta pesquisa, será realizada uma entrevista com as psicólogas que atuam em CREAS no acompanhamento de casos de abuso sexual infantil. A pesquisa visa compreender a atuação da psicologia nesse espaço, contribuindo assim com a produção de saberes nesse campo, com o atendimento desses profissionais e com a política da assistência social.

Este estudo tem como referência as normas e diretrizes da pesquisa com seres humanos, Resolução nº 466/12 e a nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. A participação das colaboradoras que demonstrarem interesse será orientada pela leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Nesse sentido, todas as informações que identifiquem a profissional, unidade de trabalho, município, serão suprimidas de modo a garantir o sigilo e anonimato do relato.

APÊNDICE C - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas Profissionais de psicólogas/os em CREAS no âmbito do abuso sexual infantil

Pesquisador: RAIZA CICERA SOARES LINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36002120.1.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.253.265

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de mestrado do PPG de Psicologia da UFPE

Mestranda: Raiza Cicera Soares Lins

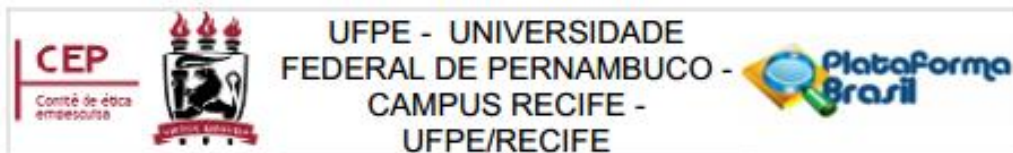
Orientadora: Wedna Cristina Marinho Galindo

Desenho do estudo: qualitativo

Produção de dados: "será utilizada a entrevista semiestruturada, pois esta favorece o relato, a compreensão do contexto e práticas sociais das/os entrevistadas/os (MINAYO, 2014)". "Devido ao contexto de isolamento social e pandemia do COVID-19, as entrevistas serão gravadas (em vídeo ou áudio) e acontecerão de forma remota".

Análise dos dados: "...método fenomenológico de investigação em psicologia, modelo de pesquisa proposto por Giorgi (2010)... que nos dá subsídios e orientação para a construção dos dados junto as/os participantes. Esse modelo nos possibilita a compreensão da experiência dessas/es profissionais, a partir de estratégia analítica específica". Tal análise acontece em 4 etapas. "O produto final desse processo de tratamento das entrevistas e a redação do texto que apresente os achados da investigação, que serão posteriormente discutidos".

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.253.265

Participantes: "...profissionais de psicologia que atuam no acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil em CREAS da Região Metropolitana do Recife (RMR)".

Critérios de inclusão: "...graduadas/os em psicologia; que acompanham crianças e suas famílias nos casos de abuso sexual e que possuam, no mínimo, quatro meses de atuação em CREAS".

Critério de exclusão: "profissionais de psicologia que não acompanham esses casos".

Objetivo da Pesquisa:

Geral: "Compreender as práticas profissionais realizadas por psicólogos em CREAS da Região Metropolitana de Recife na abordagem do abuso sexual infantil".

Objetivos Específicos:

- "i) Caracterizar o que psicólogas/os atuando em CREAS entendem por abuso sexual infantil e intervenção psicológica nesse campo.
- ii) Caracterizar como psicólogas/os atuando em CREAS referem sua presença no equipamento e na equipe.
- iii) Identificar práticas realizadas por psicólogas/os atuando em CREAS, no que se refere a abordagem do abuso sexual infantil".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

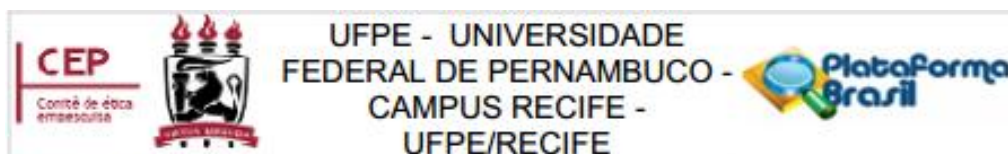
"Esta pesquisa oferece o risco de desconforto e constrangimento as/os participantes, assim como em qualquer interação humana. Porém, caso o relato acerca da sua prática e o processo de estar sendo entrevistada/o traga maiores desconfortos, a pesquisadora psicóloga poderá realizar um breve acolhimento e encaminhar a/o participante a um serviço de apoio psicológico".

A pesquisa não traz benefícios diretos as/aos participantes, mas contribui para a produção de saberes acerca do trabalho da psicologia dentro dos CREAS, que auxilia para um melhor entendimento de como a política tem se estruturado na Região Metropolitana do Recife. Além de permitir maiores compreensões acerca da política, da prática destas/es profissionais nesse campo de atuação ainda em construção e para um melhor atendimento as crianças em situação de violência e demais usuárias/os que adentram o serviço".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema extremamente pertinente

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.253.265

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto - Assinada pela coordenadora do PPG de Psicologia/UFPE

Carta de Anuência - Anexada

TCLE - Anexado

Curriculos - Anexados

Orçamento - De responsabilidade da pesquisadora principal

Cronograma - Ok

Termo de Compromisso e Confidencialidade - Anexado

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

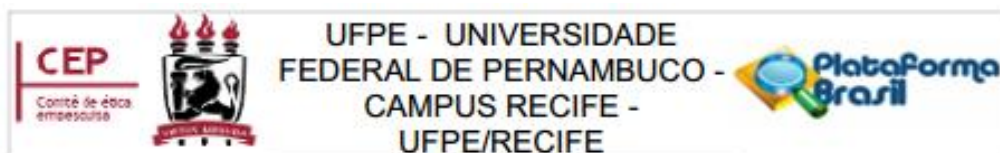
O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO para iniciar a coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1604065.pdf	02/08/2020 20:33:56		Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br



Continuação do Parecer: 4.253.265

Outros	sigaa20201.pdf	02/08/2020 20:31:53	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Outros	Termoconfidencialidade.docx	02/08/2020 20:31:35	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Outros	CurriculosLattesWednaGalindo.pdf	02/08/2020 20:31:15	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Outros	Lattes_RaizaLins.pdf	02/08/2020 20:30:57	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Outros	Anuencia2.jpeg	02/08/2020 20:28:49	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Outros	Anuencia1.pdf	02/08/2020 20:27:57	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEFINALIZADO.docx	02/08/2020 20:25:33	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	02/08/2020 20:25:04	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Raiza_projeto_cep_final.docx	02/08/2020 20:24:08	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAfinal.docx	02/08/2020 20:23:11	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoPDF.pdf	31/07/2020 17:09:42	RAIZA CICERA SOARES LINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 03 de Setembro de 2020

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Gênero:

Raça:

Religião:

Local e ano de formação graduada:

Cursos pós-graduação [curso/local/ano]:

Vínculos de trabalho além do Creas:

Nome fictício:

Tópico-Guia	Questão (ões) de abertura para o diálogo	Temas a abordar.
1. O ASI para usuárias e familiares/cuidadores	<i>Você pode comentar sobre como você tem lidado com a questão do ASI no Creas.</i>	- O que é o ASI - O que se passa (sente) a vítima de ASI - Qual o <i>lugar</i> de familiares/cuidadores diante do ASI - A questão do ASI no território/cultura/realidade social
2. A prática profissional da psicologia no SUAS	E tua rotina no Creas, como é?	- Tarefas realizadas (intervenções, fluxos) - Trabalho em Equipe (trabalho coletivo, dificuldades?) - A intervenção psicossocial, em Rede - Atuar em equipamento gerido pela Prefeitura - Formação para o trabalho no Creas - Fundamentos para o trabalho de psicologia no Creas - A Política de Assistência Social
3. A vivência pessoal da profissional	E como você se sente no trabalho com ASI no Creas?	- Implicações (identificação, sentimentos de realização, frustração...) - Desafios com os quais convive - Autoavaliação quanto ao trabalho realizado
Como você avalia a oferta de trabalho de psicologia em casos de ASI, no Creas?		
Tem algo mais que você queira falar sobre os assuntos que conversamos?		